



UHE Belo Monte

Norte Energia S.A. | CNPJ: 12.300.288/0001-07

Foto: Betto Silva/Norte Energia

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017 foi de grandes mudanças na Norte Energia S.A. Voltado para atender aos requisitos da transição entre as fases de construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte e sua consequente operação, o Conselho de Administração promoveu a reestruturação da Diretoria Executiva da Empresa, que até então contava com sete diretorias estatutárias: Diretoria de Construção; Diretoria de Fomento e Montagem; Diretoria Financeira; Diretoria de Gestão; Diretoria Socioambiental; Diretoria de Relações Institucionais e Presidência.

Dado o avanço na conclusão do projeto de construção e o aumento do desafio de operar a Usina com eficiência no rio Xingu, no Pará, decidiu-se concentrar as atividades desenvolvidas em apenas quatro diretorias, cuja liderança foi ocupada por profissionais com vasta experiência no setor elétrico brasileiro e capacidade para direcionar as equipes nesta fase de transição estratégica da Empresa. Iniciado em abril, o processo de reestruturação durou cerca de quatro meses, e, após esse período, a Diretoria Executiva foi apresentada com a seguinte configuração: Presidência; Diretoria Administrativa Financeira; Diretoria de Produção e Implantação; e Diretoria de Regulação e Comercialização.

Na reorganização das atividades e prioridades da nova gestão, os compromissos da Empresa relativos à Licença de Operação (LO – Nº 1317/2015) passaram por um mapeamento, com o objetivo de identificar as pendências de cumprimento e suas respectivas causas. Para reafirmar o compromisso da Norte Energia em executar todos os acordos assumidos, foram realizadas diversas reuniões junto aos principais stakeholders do Empreendimento, onde foram negociados novos prazos para a conclusão de todas as ações previstas no documento.

Sobre os investimentos realizados em 2017, a Norte Energia empregou R\$ 393 milhões em atividades socioambientais desenvolvidas na região do médio Xingu, como atendimento ao Projeto Básico Ambiental (PBA) e também ao Componente Indígena, o PBA-CI. Repassou R\$ 30 milhões para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS-Xingu). E investiu ainda R\$ 1.986 milhão em outras áreas do Empreendimento, além do R\$ 1.626 milhão revertido em atividades de obras civis, fornecimento de equipamentos e materiais, montagem das Unidades Geradoras e outras demandas de apoio.

Durante o ano, quatro Unidades Geradoras (UG 04, UG 05, UG 06 e UG 07) foram implantadas e iniciaram operação comercial, adicionando à capacidade instalada da UHE Belo Monte um total de 2.444 MW, com garantia física média de 2.373 MW. Como resultado consolidado, a Usina assegurou uma capacidade instalada de 4.510 MW e uma garantia física média de 4.305 MW, até o fim de dezembro. Neste mesmo período, a Unidade Geradora 08 já se encontrava em processo de comissionamento e sinergia para a obtenção de sua respectiva licença de operação, em 2018.

Os processos de Gestão de Pessoas e de Suprimentos também passaram por melhorias em 2017. A Norte Energia filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará (STIUPA), o que resultou na celebração do primeiro Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Simultaneamente, a Companhia implantou internamente o Plano de Metas, responsável por reformular o Plano de Remuneração Variável, em vigor desde junho. No período, também foram iniciados os estudos para a implantação do Plano de Cargos e Salários, bem como da Avaliação de Desempenho dos empregados.

Houve ainda o alinhamento da Empresa em relação à Missão e aos Valores corporativos, que estão focados no comportamento ético e respeitoso dos empregados nos ambientes e relações de trabalho, com o objetivo de tornar a Norte Energia um excelente lugar para se trabalhar. No que se refere à Segurança dos Empregados diretos e contratados, os resultados dos indicadores-chave foram bem expressivos. O destaque foi para a Taxa de Frequência de Acidentes com Alastamento, cujo resultado ficou 70% abaixo da meta estabelecida para o ano.

Na área de Suprimentos, todos os procedimentos de Compra de Materiais e Serviços foram revisados. O foco foi a sistematização dos processos com o intuito de torná-los cada vez mais transparentes e eficientes, proporcionando, assim, o desenvolvimento de fornecedores e a redução de custo. O sistema de informações existente também passou por uma revisão abrangente, incluindo os normativos de compras e higienização do banco de dados, que serão alvo de consultoria especializada, responsável pela contratação de ferramentas de automatização para o processo.

A elaboração do Plano de Proteção ao Patrimônio, responsável por garantir a segurança e proteção dos ativos corporativos que passarão a ser operados pela Norte Energia, também foi iniciada. O intuito do documento, que deve ser implementado em 2018, é definir os processos e as ferramentas de rendimento, que irão ajudar a relacionar uma maior produtividade com um menor custo.

Em contrapartida, o risco hidrológico afetou consideravelmente o balanço energético da UHE Belo Monte, previsto para 2017. Estavam reservados 17% da produção da Usina, energia descontratada, para prover o risco hidrológico. Porém, a partir de junho de 2017, dois fatores concomitantes e imprevisíveis alteraram o seu equilíbrio. Primeiro, o aumento da escassez hídrica, que resultou na necessidade de mais energia para fazer frente à compensação do aumento na diferença entre a quantidade contratada e gerada, por meio de liquidação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Segundo, o aumento do preço de energia resultante do processamento de modelos computacionais do Sistema Integrado Nacional (SIN), motivado pela falta de chuvas, coincidente com um baixo nível dos reservatórios, agravado pela adoção, a partir de maio, de parâmetros mais rigorosos de aversão ao risco de racionamento.

A Norte Energia, ao perceber que a quantidade de energia descontratada não seria suficiente para zerar as diferenças junto à CCEE, descontratou parte de sua energia destinada ao Ambiente Regulado, entre julho e dezembro de 2017, utilizando-se do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit – MCDSD, promovido pela CCEE. Foram descontratados 1080 MW médios, dos quais 427 MW médios foram vendidos no mercado livre a preços significativamente maiores que os do ACR, o que gerou um ganho aproximado de R\$ 170 milhões. No entanto, mesmo com esse acréscimo de energia descontratada, perfazendo cerca de mais 7%, a Norte Energia continuou exposta a diferenças a serem liquidadas na CCEE, com o risco de pagamento de elevados valores mensalmente.

Em dezembro de 2017, a Norte Energia teve êxito junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no parcelamento do pagamento decorrente da exposição ao risco hidrológico provocada pela aplicação do fator de ajuste de geração determinado pela CCEE. O montante envolvido chegou a R\$ 740 milhões e será dividido em seis parcelas, a serem pagas a partir de 2018. Este resultado foi uma clara demonstração de que, com transparência e postura proativa, a Diretoria da Norte Energia atuou de forma a trazer benefícios ao desenvolvimento do projeto.

Para se proteger do risco hidrológico futuro, a Norte Energia propôs a repactuação do mesmo para o período entre janeiro de 2018 até o final da concessão, vindo a ANEEL a confirmar, de acordo com suas Resoluções Normativas, 684/15 e 764/17, a opção da Norte Energia pelo Produto SPRT100, formalizada pela Empresa junto à Agência em 29 de outubro de 2017.

Outro importante entendimento entre a Norte Energia e a ANEEL foi relativo ao ajuste de seu cronograma de concessão, reduzindo os riscos de impacto de seu atraso. A Companhia havia solicitado à Agência, em junho, a concatenação do cronograma de entrada em operação da Casa de Força Principal, a partir da Unidade Geradora 06 – UG 06, com o cronograma de obras de transmissão para escoamento da energia de Belo Monte, cuja primeira etapa não seria implantada em função de inadimplências dos agentes detentores de sua concessão. Em deliberação ocorrida em novembro de 2017, após várias interações por iniciativa da Norte Energia, a ANEEL se posicionou atendendo parcialmente ao pleito. A Agência concordou com a concatenação das UGs 13 a 18 (junto com a entrega das obras de transmissão da terceira etapa para escoamento da energia de Belo Monte, conhecida como 2º Bipolo), e condicionou a possibilidade de aplicação da Cláusula 10ª do Contrato de Concessão à continuidade da montagem das unidades geradoras UG 09 a UG 12.

Focada em concluir a instalação das oito Unidades Geradoras restantes da UHE Belo Monte, a Norte Energia encerrou o ano em negociação com um novo Consórcio Montador, o COMGEV, liderado pela Voith Hydro Ltda., Enesa Engenharia Ltda. e GE Energias Renováveis Ltda. O novo contrato, com vigência em 2018, deverá imprimir maior celeridade no cumprimento do Cronograma de Comissionamento das Turbinas 10 a 18 da Casa de Força Principal, aprovado pela ANEEL.

E como suporte à divulgação estratégica de todos estes fatos ocorridos em 2017, a institucionalização da área de Comunicação e Imprensa foi outra conquista importante para a Norte Energia. No segundo semestre, a Empresa ganhou, preliminarmente, uma nova página de internet, enquanto o site oficial era reformulado como a principal fonte de informação para os diversos públicos da UHE Belo Monte. A partir da nova gestão, houve ainda a oportunidade de publicizar os legados econômicos, ambientais e de transformação social deixados nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, assim como envolver todos os empregados numa campanha de engajamento e valorização das conquistas corporativas, até o momento, denominada *#OrgulhoPertencer*. E é com esse sentimento de pertencimento a um dos maiores empreendimentos de matriz energética limpa e renovável do planeta, que agradecemos a todos que têm contribuído com o crescimento estratégico da Norte Energia, em especial os nossos acionistas que, em todos os momentos, se mostraram atuantes e colaborativos. Agradecemos ainda pelo acesso ao diálogo das autoridades de diversos níveis e instituições, que nos ajudaram a corrigir rumos e a buscar por soluções. E um reconhecimento especial às comunidades vizinhas ao nosso Empreendimento, que nos impulsionam na geração de energia para passar a aplicação dos mais rígidos princípios de sustentabilidade, com respeito ao meio ambiente e às populações do entorno.

Jonatan Ross Presidente do Conselho de Administração	Paulo Roberto Ribeiro Pinto Diretor-Presidente da Norte Energia
--	---

SOBRE ESTE RELATÓRIO

Para a Norte Energia, a transparência representa um princípio fundamental do relacionamento com os diferentes públicos com os quais interage: acionistas, comunidades da região de influência da UHE Belo Monte, imprensa, organizações do terceiro setor, órgãos de governo, entre outros. Por isso, desde o início das obras de construção da Usina, em 2011, a Empresa publica um Relatório Anual, reportando a esses stakeholders e demais interessados a evolução do Empreendimento, bem como as ações executadas para minimizar o impacto da implantação e da operação da Usina, previstas no Projeto Básico Ambiental (PBA).

Em paralelo aos indicadores definidos pela Global Reporting Initiative (GRI), a Companhia se compromete também a responder com fidelidade às exigências feitas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que desenvolveu um manual com indicadores direcionados às Empresas do setor elétrico. Por ser uma geradora de energia, alguns dos indicadores solicitados pela ANEEL não se aplicam à atividade da Empresa. Assim, a Norte Energia apresenta as tabelas dos indicadores da Agência que foram respondidos, bem como reporta as tabelas que não puderam ser preenchidas.

Cabe destacar que todo o Relatório Anual e Socioambiental 2017 já segue padrões GRI, bem como as orientações do Manual da ANEEL, no que diz respeito à composição de capítulos, às informações relacionadas e aos métodos utilizados para a sua elaboração.

01. PERFIL CORPORATIVO

A Norte Energia S.A. é responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte e conquistou, em 2015 (LO Nº 1317/2015), concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para iniciar a geração de energia. Esse é um grande marco para a Empresa e o início da transição da fase de obras para a operação efetiva do Empreendimento.

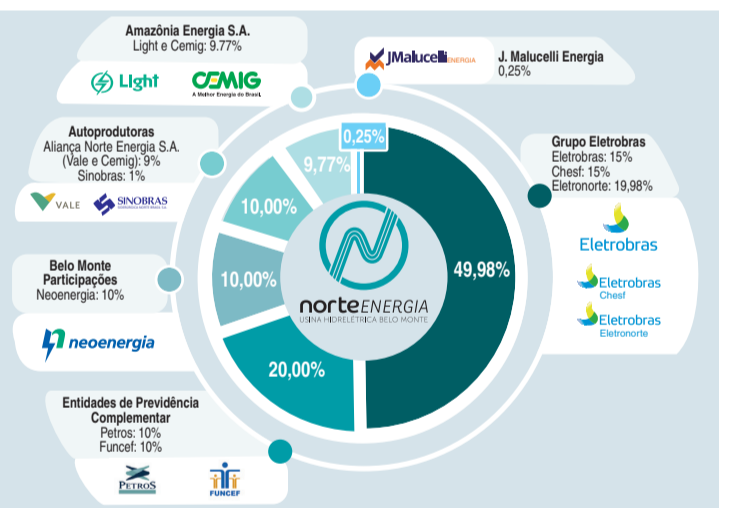
Constituída sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), a Norte Energia venceu o leilão de concessão em abril de 2010 e tornou-se responsável pela construção e operação da UHE Belo Monte. O Empreendimento tem uma capacidade total prevista para ser instalada de 11.233,1 MW de geração de energia e uma previsão de garantia física de 4.571 MW médios, conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

Ao assumir o desafio de construir e operar a UHE Belo Monte, a Norte Energia firmou o compromisso de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, por meio da geração de energia elétrica limpa, renovável, confiável e a preço justo, utilizando o potencial hidrelétrico do rio Xingu. A Usina é integrante, dentre outras obras prioritárias, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e trará maior segurança para o Sistema Interligado Nacional (SIN), em função, principalmente, do melhor aproveitamento das diferenças hidrológicas de cheia e seca registradas entre as diversas regiões do Brasil e de outros países vizinhos, que contribuem com a matriz energética brasileira.

O prazo de gerenciamento da Usina pela Norte Energia, definido no contrato de concessão, é de 35 anos. Em 2017, as atividades da Empresa continuaram distribuídas entre Brasília (DF), onde fica sua sede administrativa; Altamira (PA), município-polo da região do Empreendimento, e Vitória do Xingu (PA), município onde está localizada toda a estrutura física da UHE Belo Monte. Até dezembro, 339 empregados próprios integravam o quadro funcional da Empresa.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Norte Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado composta por Empresas de diferentes segmentos de atuação e por fundos de previdência complementar. Em 2015, a Aliança Norte Energia e Participações S/A teve sua composição alterada. Inicialmente formada apenas pela Vale S/A, a acionista passou a ser composta também pela Cemig Geração e Transmissão S/A, com 49% das ações.



1.1. O EMPREENDIMENTO

O Brasil possui a matriz energética mais limpa e renovável do planeta e a Usina Hidrelétrica Belo Monte instalada no rio Xingu, no Pará, contribui para este resultado. A capacidade instalada de 11.233,1 MW e a quantidade média de geração de energia de 4.571 MW fazem da Usina a maior hidrelétrica 100% brasileira e a quarta maior do mundo.

A energia gerada pela UHE Belo Monte é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), através de cinco linhas de transmissão, e comercializada da seguinte forma: 70% no mercado regulado para 26 Estados, mediante Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), por meio de 45 distribuidoras; 10% para autoprodutores, sócios da Norte Energia, através de contratos bilaterais de compra e venda de energia; e 20% para o mercado livre.

A conclusão da UHE Belo Monte, com a instalação da última das 24 turbinas do Empreendimento, está prevista para dezembro de 2019. As primeiras Unidades Geradoras entraram em operação no primeiro semestre de 2016, nas Casas de Força Complementar e Principal. Para explorar esse potencial hidrelétrico, um bem considerado público, a Norte Energia repassa anualmente à União o valor de R\$ 16,6 milhões, a título de Uso de Bem Público (UBP).

Em 2017, a Empresa fez o repasse de R\$ 58,7 milhões aos municípios atingidos pelo reservatório da Usina, a Estação do Pará e à União, como Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). Além disso, destinou R\$ 25,9 milhões a projetos de pesquisa, regulados pelo Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), conforme as regras do setor elétrico brasileiro.

Mais do que produzir energia, a UHE Belo Monte gera riquezas, desenvolvimento social e econômico. E com o intuito de reduzir o impacto ambiental, o projeto foi licitado pela ANEEL com a operação do tipo "fio d'água", uma tecnologia moderna e preservacionista que atende aos mais rígidos princípios de sustentabilidade, respeitando o meio ambiente e as comunidades do entorno. Desta forma, o Empreendimento não alegou terras indígenas e não prejudicou a vida e a rotina das populações ribeirinhas, pois não comprometeu a pesca, a navegação, o comércio de produtos regionais e a cultura dos povos da região.

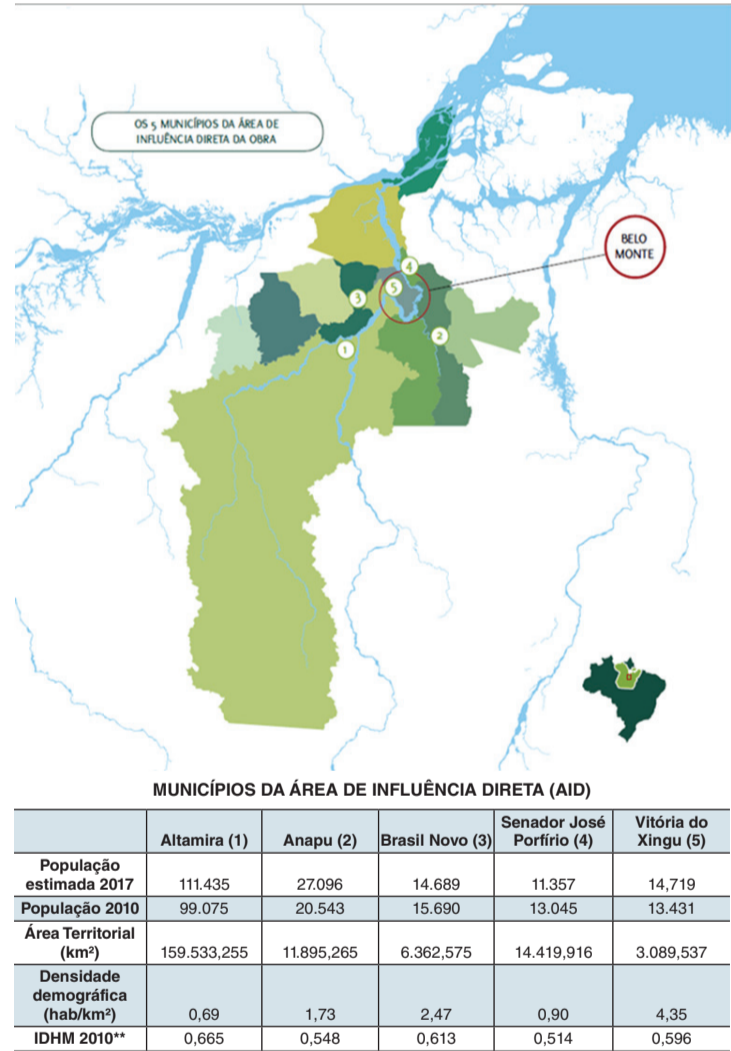
A UHE Belo Monte possui reservatórios com área total de 478 km², dos quais 274 km² correspondem ao leito original do próprio rio Xingu no período da cheia. Em comparação com o plano original da década de 1980, a área de inundação foi reduzida em 61%.

EVOLUÇÃO DO PROJETO

- 1975** – Eletrobrás inicia os estudos de Inventário Hidrológico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Realizado o primeiro mapeamento do rio e o projeto de localização de barramentos.
- 1980** – Conclusão do inventário, começam os estudos para a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira, com as usinas Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaó (11 mil MW) – esta última deu origem à UHE Belo Monte. Segundo o estudo daquele período, as usinas exigiriam o deslocamento de sete mil índios, de 12 terras indígenas.
- 1989** – Conclusão dos primeiros estudos de viabilidade da UHE Belo Monte. Divergências acerca do impacto socioambiental levam à suspensão do financiamento da obra.
- 1994** – Revisão dos Estudos de Viabilidade, com diminuição da área inundada e garantia de não inundações das terras indígenas.
- 2002** – Apresentação de novos levantamentos à ANEEL. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é paralisado a pedido do Ministério Público.
- Julho de 2005** – Congresso Nacional autoriza a Eletrobrás a completar o EIA.
- Agosto de 2005** – Eletrobrás e as construtoras Andrade Gutierrez, Carmo Corrêa e Norberto Odebrecht assinam acordo de Cooperação Técnica para a conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental da UHE Belo Monte.
- Janairo de 2006** – Eletrobrás solicita ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a abertura do processo de licenciamento ambiental prévio.
- Agosto de 2006** – IBAMA realiza a primeira vistoria técnica e pública no local do projeto.
- Agosto de 2007** – IBAMA realiza vistoria técnica e reuniões com os municípios de Altamira e Vitória do Xingu para discutir o Termo de Referência para o EIA.
- Dezembro de 2007** – IBAMA emite o Termo de Referência para o EIA.
- Julho de 2008** – Conselho Nacional de Política Energética define que o único potencial hidrelétrico a ser explorado no rio Xingu será o da UHE Belo Monte. A ANEEL aprova a atualização do Inventário apenas com esta Usina na bacia do rio Xingu.
- Março de 2009** – Eletrobrás solicita a Licença Prévia.
- Abril de 2009** – IBAMA realiza nova vistoria técnica na área do projeto.
- Maio de 2009** – EIA e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são entregues ao IBAMA.
- Fevereiro de 2010** – IBAMA concede a Licença prévia da obra. Em contrapartida, faz 40 milhões de ações de conservação, que, na época, adicionaram R\$ 1,5 bilhão ao custo da construção.
- Abril de 2010** – Governo Federal realiza o leilão de concessão para a construção e operação da UHE Belo Monte por 35 anos.
- Junho de 2011** – IBAMA emite a Licença de Instalação nº 795/2011, que permite o início das obras da UHE Belo Monte. Nesta mesma data, as obras são iniciadas.
- Novembro de 2015** – IBAMA concede a Licença de Operação nº 1317/2015 da UHE Belo Monte.
- Dezembro de 2015** – Teste de abertura e fechamento das duas comportas do vertedouro que liberam água de forma controlada para o Canal que interliga os reservatórios da Usina e intermediário da usina.
- Janairo de 2016** – Encimimento do Canal de Fuga da Usina Hidrelétrica Belo Monte é concluído.
- Fevereiro de 2016** – Conclusão do encimimento dos reservatórios. Primeiro teste de giro mecânico da Unidade Geradora 01 da Casa de Força Principal.

- Abril de 2016** – Início da operação comercial do Empreendimento com a liberação das Unidades Geradoras 01 das Casas de Força Principal e Complementar pela ANEEL.
- Maio de 2016** – Inauguração da UHE Belo Monte, no dia 5, com a presença da Presidente da República, Dilma Rousseff. Conclusão do comissionamento da segunda Unidade Geradora de Pimental.
- Junho de 2016** – Início da operação comercial da segunda Unidade Geradora da Casa de Força Complementar do empreendimento, no Sítio Pimental. Primeiros testes na segunda turbina da Casa de Força Principal do Sítio Belo Monte.
- Julho de 2016** – A segunda Unidade Geradora da Casa de Força Principal, no Sítio Belo Monte é integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e a geração comercial nesta máquina é autorizada pela ANEEL. Em Pimental, onde está instalada a Casa de Força Complementar, a terceira turbina foi liberada para os primeiros testes com o giro mecânico.
- Agosto de 2016** – Autorização da ANEEL para operação comercial da terceira Unidade Geradora na Casa de Força Complementar, no Sítio Pimental, totalizando cinco turbinas em operação.
- Setembro de 2016** – Início dos testes dinâmicos na terceira Unidade Geradora da Casa de Força Principal.
- Novembro de 2016** – Início da operação comercial da Unidade Geradora 03 da Casa de Força Principal e da Unidade Geradora 04 da Casa de Força Complementar, totalizando sete turbinas em operação, das quais quatro são de 38,8 MW, na Casa de Força Complementar, e três de 611,1 MW, na Casa de Força Principal, no Sítio Belo Monte. Conclusão da montagem da Casa de Força Complementar, em Pimental, com a instalação eletromecânica da quinta e da sexta e última Unidade Geradora. Conclusão do giro mecânico da quarta Unidade Geradora da Casa de Força Principal, em Belo Monte.
- Dezembro de 2016** – Conclusão do giro mecânico das Unidades Geradoras 05 e 06 da Casa de Força Complementar, em Pimental.
- Janairo de 2017** – Início da operação comercial da Unidade Geradora 04 da Casa de Força Principal e das Unidades Geradoras 05 e 06 da Casa de Força Complementar. Dessa forma, a Casa de Força Complementar está 100% em operação.
- Março de 2017** – Liberação da Unidade Geradora 05 para início da Operação em Teste.
- Abril de 2017** – Início da Operação Comercial da Unidade Geradora 05 da Casa de Força Principal, liberando mais 611,1 MW ao SIN.
- Julho de 2017** – Liberação da Unidade Geradora 06 para início da Operação em Teste.
- Julho de 2017** – Início da Operação Comercial da Unidade Geradora 06 da Casa de Força Principal.
- Outubro de 2017** – Início da Operação Comercial da Unidade Geradora 07 da Casa de Força Principal, totalizando em 2017 o potencial instalado para Operação Comercial de 4.510,57 MW.
- Dezembro de 2017** – Liberação da Unidade Geradora 08 para início da Operação em Teste, com previsão de início da Operação Comercial para janeiro de 2018.

OS CINCO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID)



Fonte: Dados do IBGE

1.2. ENERGIA LIMPA E SUSTENTÁVEL

O potencial hídrico do rio Xingu só pôde ser aproveitado para geração de energia elétrica após a definição de diversas ações socioambientais que condicionaram, legalmente, a construção e o início de operação da UHE Belo Monte, no Pará. Por meio de 117 programas e projetos, a Usina assumiu um papel estratégico para a preservação ambiental da região, na inclusão social e desenvolvimento econômico dos 11 municípios mapeados nas áreas de Influência Direta (AID) – Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu – e de Influência Indireta (AIi): Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Mox e Uruará. Toda a fase de implantação da UHE Belo Monte vem sendo marcada pelo diálogo social constante e pela transparência nas informações fornecidas pela Norte Energia às comunidades locais, que acompanham de perto o cumprimento dos compromissos socioambientais firmados pela Empresa na região do médio Xingu. A Licença Prévia da obra (LP Nº 342/2010), que exige o cumprimento das condicionantes iniciais do empreendimento, foi concedida pelo IBAMA em 2010, após realização de audiências públicas, que reuniram cerca de oito mil participantes. Desde então, a Norte Energia produz periodicamente relatórios socioambientais que foram submetidos à avaliação do IBAMA, no intuito de informar a evolução das ações solicitadas nas condicionantes do licenciamento, conforme o conjunto de propostas presentes no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), com abrangência nas áreas de gestão ambiental e institucional, meios físico, biótico e socioeconômico. O atendimento inicial a estas exigências foi que garantiu à Empresa sua Licença de Instalação (LI Nº 795/2011), concedida também pelo IBAMA, em 2011, para o início da construção da Usina.

As ações compensatórias sobre a implantação da UHE Belo Monte no rio Xingu vão desde a preservação e o remanejo da flora e da fauna, até a construção de redes de saneamento básico, hospitais e escolas. Para isso, a Norte Energia se comprometeu a investir R\$ 3,7 bilhões ao longo do período de construção da Usina, o que corresponde a 13% do valor total do empreendimento – R\$ 25,8 bilhões – órgão no leilão de concessão, em abril de 2010, sem incluir qualquer correção monetária em função da inflação ou perda de poder aquisitivo dos numerários. Do montante investido pela Norte Energia em ações socioambientais, R\$ 500 milhões estão direcionados ao Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX). Este Plano conta com a participação de 15 representantes dos governos federal, estadual e dos municípios da região da UHE Belo Monte, além de 15 representantes da sociedade civil, que, por meio das câmaras técnicas e do Comitê Gestor, decidem como e onde os recursos são aplicados.

Com foco no atendimento aos direitos e demandas de toda a população afetada pelo Empreendimento, a Norte Energia elaborou o Projeto Básico Ambiental (PBA), que envolve as condicionantes relacionadas às comunidades locais, e um Plano ambiental, direcionado ao Componente Indígena (PBA-CI), aprovado em 2012 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Após comprovar o cumprimento de suas obrigações legais, mantendo o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Norte Energia conquistou, em novembro de 2015, a Licença de Operação (LO Nº 1317/2015), que viabilizou o início da geração de energia. Para isso, a Empresa teve que cumprir o cronograma das condicionantes e desenvolver a maioria das ações previstas no PBA, além de concluir obras estruturantes do PBA-CI.

A cada ação socioambiental realizada, a Norte Energia reitera o compromisso de respeito ao território e à cultura das comunidades locais e dos povos indígenas. Do montante previsto para este investimento social, já foram aplicados cerca de R\$ 4,9 bilhões, incluindo as condicionantes ambientais, as ações nos municípios e as ações do Componente Indígena.

02. GOVERNANÇA CORPORATIVA

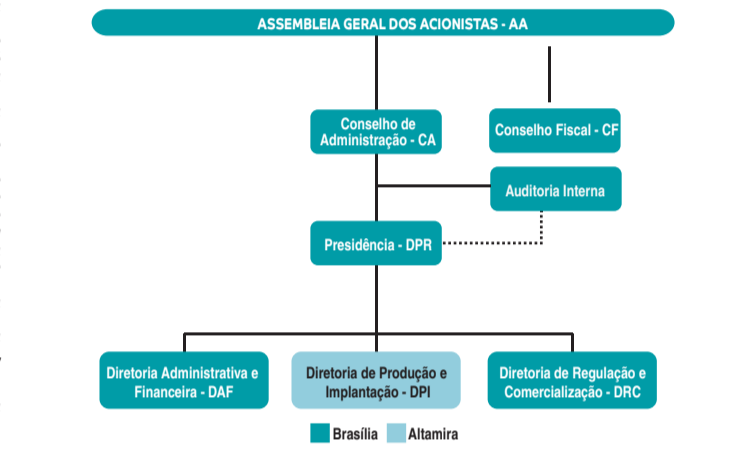
A estrutura de governança da Norte Energia é formada pelo Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é assessorado por oito Comitês, compostos por representantes dos acionistas.

A Empresa baseia seu modelo de gestão na transparência e na sustentabilidade de seus negócios e, por isso, busca aprimorar constantemente suas práticas de governança corporativa. Adota ainda uma série de ações que asseguram a conduta ética dos negócios, bem como o compartilhamento de decisões estratégicas.

Baseada na ética e na transparência para a gestão de seus negócios, a Companhia lançou em 2015, um Código de Conduta Ética, alicerçado nas boas práticas de governança e na legisla-

ção vigente, com foco na Lei nº 12.846, de agosto de 2013.

A Norte Energia publica listas periodicamente acerca de suas atividades e desempenho, apresentando dados revisados por auditoria externa independente. Nesse sentido, a divulgação de resultados da Empresa segue as normas internacionais de contabilidade definidas pela International Financial Reporting Standards (IFRS).



2.1. ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA

2.1.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável por definir as estratégias de longo prazo da Norte Energia, o Conselho de Administração acompanha a execução pela Diretoria das ações estabelecidas e toma decisões sobre temas relevantes no âmbito dos negócios, em consonância com as atribuições conferidas pelo Estatuto Social da Empresa.

O Conselho é composto por, no máximo, 12 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral. Ao final de 2017, a Norte Energia contava com 12 Conselheiros de Administração, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, realizada no mês de abril, para mandatos unificados de dois anos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (31 de dezembro de 2017)	
Nome	Cargo
Jonatan Ross	Presidente
Halilton Madureira de Almeida	Conselheiro
Ricardo Batista Mendes	Conselheiro
Sinval Zaidan Gama	Conselheiro
Moacir Carlos Bertol	Conselheiro
César Vaz de Melo Fernandes	Conselheiro
Ronaldo Batista Assunção	Conselheiro
José da Silva Estevez	Conselheiro
Willamy Moreira Frota	Conselheiro
Reni Antonio da Silva	Conselheiro
Leonardo de Paiva Rocha	Conselheiro
Sandro Kohler Marcondes	Conselheiro

COMITÊS DE APOIO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Seis comitês, dos quais participam representantes de cada acionista, apoiam o Conselho de Administração da Norte Energia S.A. na definição de diretrizes estratégicas e operacionais sobre temas específicos. São eles:

- Comitê Financeiro**
Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços financeiros e de estudos e propostas requeridos pelo Conselho de Administração relativos a serviços financeiros.
- Comitê Técnico**
Responsável pela análise dos processos de seleção dos fornecedores de engenharia, fornecimento e construção, e dos relatórios de avanços das obras civis, de fornecimento e de montagem.
- Comitê de Meio Ambiente**
Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços de meio ambiente e dos relatórios de avanço no cumprimento das condicionantes ambientais.
- Comitê de Gestão**
Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços administrativos e de políticas de remuneração e benefícios.
- Comitê de Auditoria, Compliance e Risco**
Responsável pela análise das políticas do plano anual de auditoria da Companhia, dos relatórios das auditorias externas e das demonstrações contábeis e respectivos pareceres.
- Comitê de Regulação e Comercialização**
Responsável por acompanhar e elaborar estudos, pareceres e notas técnicas sobre a regulamentação do setor elétrico, as regras de comercialização vigentes e suas alterações.

2.1.2. DIRETORIA

Até Julho de 2017 a Diretoria da Norte Energia era composta por sete áreas: Presidência, Construção, Financeira, Fomento e Montagem, Gestão, Relações Institucionais e Socioambiental. A partir da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Julho de 2017 foi modificada a composição da Diretoria com a alteração do Estatuto Social da companhia. A Presidência absorveu as áreas Socioambientais e de Relações Institucionais. As Diretorias Financeira e de Gestão foram unificadas pela nova Diretoria Administrativa e Financeira. A Diretoria de Produção e Implantação assumiu as áreas de Construção e de Fomento e Montagem. Foi criada a nova Diretoria de Comercialização e Regulação.

Todos os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos. Assim como no Conselho, a reeleição é permitida.

DIRETORIA (31 de dezembro de 2017)	
Nome	Cargo
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor-Presidente
Hugo Seabra de Souza	Diretor de Produção e Implantação
Luiz Fernando Rolla	Diretor Administrativo e Financeiro
Flávio Dutra Doehler	Diretor de Regulação e Comercialização

2.1.3. CONSELHO FISCAL

Atuando em caráter permanente, o Conselho Fiscal da Norte Energia desempenha a função de órgão fiscalizador dos atos de gestão. É composto por cinco membros e suplentes em igual número, eleitos em Assembleia Gerar. O Conselho Fiscal analisa as demonstrações financeiras e opina sobre planos de investimentos, entre outras atribuições. Ao final de 2017, a Empresa contava com 5 conselheiros fiscais.

CONSELHO FISCAL (31 de dezembro de 2017)	
Nome	Cargo
Jésus Alves da Costa	Presidente
Bruno Pessanha Negrís	Conselheiro
Vinicius Balbino Bouhid	Conselheiro
Renata Souza Santos	Conselheira
Gilson Tavares da Costa	Conselheiro

2.2. APOIO À GOVERNANÇA

2.2.1. AUDITORIA INTERNA

Ao longo de 2017, a Norte Energia continuou trabalhando no modelo de gestão de riscos corporativos, baseado no COSO ERM (padrão mundial) e na Norma ISO 31000. Com isso, a Empresa consolidou a Matriz de Riscos, iniciada em 2013, que permite identificar, avaliar e auditar os processos operacionais com maior risco e impacto nos resultados.

Desde 2015, a existe o Código de Conduta Ética da Norte Energia, baseado nas boas práticas de governança e na legislação vigente, em especial na lei anticorrupção. A Empresa criou uma Comissão de Ética e um Canal de Denúncias, com seus respectivos regulamentos.

2.2.2. AUDITORIA EXTERNA

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e validadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os resultados passam, regularmente, pelo crivo da auditoria externa.

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 foram auditadas pela PriceWaterhouseCoopers, por terceiro ano consecutivo. A EY foi responsável pela auditoria nos três anos anteriores. A Norte Energia sempre escolhe Empresas renomadas e especializadas do segmento, o que reforça o compromisso com a transparência e a credibilidade de seus processos contábeis e fiscais.

2.2.3. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL

Para garantir uma gestão mais eficiente, a Norte Energia utiliza o Sistema Integrado de Gestão Empresarial, conhecido como SAP R/3, que foi implementado em outubro de 2012 e consolidado ao longo dos últimos anos. Esse sistema garante que a Empresa atinja, de forma efetiva, o objetivo de garantir integridade, confiabilidade, transparência, redução de custos e competitividade. O SAP fornece informações em tempo hábil para as tomadas de decisão, tanto pelos gestores quanto pelos acionistas. A geração direta, pelo SAP, do arquivo da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) é exemplo dessa eficiência. O documento é exigido pela Receita Federal desde 2014, após alteração da legislação tributária relativa ao imposto sobre a renda de Pessoa Jurídica.

O Sistema Integrado é dividido em módulos e suporta todos os processos de formação e

gestão de ativos, alinhados com as regras societárias, regulatórias (em conformidade com a Resolução ANEEL nº 674/2015) e fiscais, de modo a proporcionar à alta administração uma visão clara e inequívoca dos processos organizacionais, com foco na eficiência operacional e financeira. No ano 2015, a Norte Energia implementou um novo módulo: o de vendas e distribuição, que acompanha e controla o faturamento da venda de energia. Outro avanço nesse sentido foi a consolidação, a partir de 1º de janeiro de 2015, do plano de contas da Empresa, que seguiu a nova resolução normativa da ANEEL para o setor elétrico. A adequação do plano de contas começou ainda em 2014. O trabalho da Norte Energia no aprimoramento dos processos de gestão tem como principais resultados um novo modelo de orçamento, que permite controlar investimentos e despesas com mais precisão e segurança. Para implementar esse modelo, a Empresa formou, em 2013, o Grupo de Trabalho do Orçamento, liderado pela Presidência e composto por empregados representantes de todas as diretorias. Essa ação possibilitou o mapeamento de todos os processos que envolvem o orçamento da Companhia e criou uma lista com mais de 30 mil itens de compra para o controle corporativo. O processo orçamentário conta com as seguintes características: formalidade dos processos para acompanhamento; correção e controle do orçamento da Empresa, pois o grupo de orçamento conta com decisão de Diretoria para sua constituição e delegação de competência a seus membros; multidisciplinaridade, visto que a Norte Energia conta com diferentes áreas operacionais e de suporte; alinhamento estratégico, que se concretiza pelo relacionamento do grupo de orçamento com a Diretoria e Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração; efetividade de suas ações, na medida em que o orçamento passou a ser mais uma ferramenta de gestão da Empresa; e prestação de contas, por meio dos relatórios de controle orçamentários, que são mensalmente emitidos pelo grupo de orçamento e contêm avaliações analíticas e gerenciais.

03. A OBRA

A conclusão de etapas importantes da construção da UHE Belo Monte possibilitou à Norte Energia colocar em prática sua Licença de Operação (LO Nº 1317/2015), a partir de abril de 2016, quando iniciou a operação comercial de quatro unidades geradoras da Casa de Força Complementar e de três unidades geradoras da Casa de Força Principal.

A UHE BELO MONTE
11.233,1 MW de capacidade instalada.
4.571 MW médios de garantia física.
35 anos de concessão para construir e operar a Usina (data inicial: agosto de 2010).
478 km² área do reservatório – 61% do tamanho do reservatório em relação ao projeto original.
Mais de 30 mil trabalhadores.
141 mil toneladas de equipamentos a serem montados.
3 milhões de m³ de concreto.
240 milhões de m³ de movimentação de terra e rocha.

CANAL DE DERIVAÇÃO PRINCIPAL
20 km de extensão, 25 m de profundidade, 210 m de largura na base e 300 m de largura na superfície.

SÍTIO BELO MONTE
18 Unidades Geradoras com turbinas tipo Francis. Capacidade instalada: 11.000 MW.
RESERVATÓRIO INTERMEDIÁRIO
119 km² de espelho d'água (NA normal cota 97).

DIQUES
São 28 diques e o de maior altura possui 68 m – equivale a um prédio de 22 andares.

SÍTIO PIMENTAL
6 Unidades Geradoras com turbinas tipo Bulbo. Capacidade instalada: 233,1 MW. 18 corpos de vertedouro, com capacidade de escoamento de 62.000 m³/s.

3.1. O ANO DE 2017

As obras da UHE Belo Monte seguiram em ritmo reduzido ao longo de 2017, se comparado ao período de início da operação comercial em 2016. Mesmo assim, encerrou o ano com 96,35% do projeto de Obras Civis concluído.

No início da fase operacional, o grande desafio para a Norte Energia foi manter a execução de obras em conformidade com o cronograma. Ao final da montagem eletromecânica das últimas Unidades Geradoras, a Usina estará pronta para funcionar com duas Casas de Força inteiramente motorizadas. A Casa de Força Principal, com 18 Unidades Geradoras, erguidas no Sítio Belo Monte, terá potência instalada de 11 mil megawatts. A outra Casa de Força é a Complementar, erguida no Sítio Pimental, com seis Unidades Geradoras e capacidade instalada de 233,1 megawatts.

No total, a UHE Belo Monte inundou uma área de 478 quilômetros quadrados no estado do Pará: 238 quilômetros quadrados no município de Altamira; 239,2 quilômetros quadrados em Vitória do Xingu; e 0,8 quilômetro quadrado em Brasil Novo. Para diminuir o impacto ambiental e socioeconômico decorrente da inundação, a Norte Energia tomou uma série de medidas preconizadas no Projeto Básico Ambiental (PBA). Durante toda sua operação, a Empresa seguirá a exigência da Agência Nacional de Águas (ANA) de manter uma vazão mínima da hidrelétrica no rio Xingu, como garantia da manutenção da qualidade da água e a navegabilidade no trecho conhecido como Volta Grande do Xingu. Com cerca de 100 quilômetros de extensão, esse trecho terá um nível de água variável ao longo dos anos de geração, já que a Norte Energia controlará a vazão por meio do barramento em Pimental. Outra medida foi a opção pelo projeto de usina a fio d'água – que não possui reservatório de acumulação e opera em quedas de água.

3.2. AVANÇO DA OBRA

Em seu auge, a obra da Usina avançou simultaneamente em quatro sítios: Belo Monte, Pimental, Canal de Derivação e Diques. Cada sítio tem uma função específica dentro da estrutura de geração de energia. Quando a obra for concluída, funcionarão de forma conjunta e complementar. O Sítio Pimental começou a operar em abril de 2016. Nesse sítio foi realizado o barramento do rio Xingu, próximo ao Reservatório Principal – local de retenção da água que abastece as unidades geradoras da Casa de Força Complementar, em Pimental, e também o Reservatório Intermediário, responsável por alimentar a Casa de Força Principal (Belo Monte).

Já no Canal de Derivação foram concluídas, em 2015, as escavações em terra e rocha, o que resultou na extração total de 130 milhões de metros cúbicos de material para a formação do canal artificial, que tem 20 quilômetros de extensão, 210 metros de largura na base e 25 metros de profundidade.

O revestimento do Canal também foi concluído, com a utilização de 4,4 milhões de metros quadrados de rocha processada para o piso e 2,7 milhões de metros quadrados de rochas nos taludes. Todo o material usado é proveniente do reaproveitamento das escavações na própria área da hidrelétrica.

No Sítio Belo Monte, a Norte Energia concluiu 96,35% da execução contratual de obras civis. Esse Sítio é formado pelas estruturas do circuito de geração; a tomada d'água e a Casa de Força Principal. O Sítio Diques tem 31 milhões de metros cúbicos de aterro e o dique mais elevado possui 68 metros de altura. O local abriga também um dique de dois quilômetros de extensão e cinco milhões de metros cúbicos de aterro compactado.

3.3. MONTAGEM

3.3.1. UHE PIMENTAL

No Sítio Pimental, as atividades de montagem se concluíram no início de 2016, e permitiram a entrada em operação comercial das seis unidades geradoras entre abril de 2016 e janeiro de 2017. Foram montadas 16,23 mil toneladas de equipamentos no Sítio Pimental, até 2017, com o encerramento da montagem dos equipamentos da Usina e disponibilização para operação comercial de todas as Unidades Geradoras.

3.3.2. UHE BELO MONTE

As atividades da montagem eletromecânica na UHE Belo Monte, em 2017, foram bastante aceleradas, permitindo a conclusão da montagem das Unidades Geradoras 04, 05, 06 e 07, sendo colocadas em operação comercial em janeiro, abril, julho e outubro de 2017, respectivamente. Estas UGs perfazem um total de 4.277 MW, em conjunto com as três Unidades Geradoras que entraram em operação em 2016. A oitava unidade foi sincronizada em dezembro de 2017, com previsão de operação comercial em janeiro de 2018. Deverão entrar em operação comercial em 2018, além da unidade 08, as unidades 09 a 12.

Até dezembro de 2017, a montagem eletromecânica dos equipamentos atingiu a marca de 80,71 mil toneladas de equipamentos montados para a Casa de Força Principal, em Belo Monte.

3.3.3. SISTEMA DE TRANSCRIÇÃO DE EMBARCAÇÕES

Inaugurado em 2013, no Sítio Pimental, o Sistema de Transcrição de Embarcações (STE) se tornou obrigatório, após a conclusão do desvio do rio Xingu e manteve a operação em 2017. O sistema permite transportar embarcações de até 35 toneladas e garante a navegabilidade do rio durante as obras e a operação de Belo Monte. A navegação ocorre entre a Volta Grande do Xingu e o trecho à montante (rio acima) da barragem do Empreendimento.

As embarcações de maior porte são transportas pelo STE por içamentos. Cada içamento é composto por dois elevadores de embarcações (pórticos sobre pneumáticos), que retiram e recolocam os barcos na água em cada um dos dois pieres. Já as embarcações que possuem menos de seis toneladas são movimentadas em carretas rebocadas por tratores. Os pieres são ligados por uma pista de concreto de 700 metros de comprimento. O STE é gratuito desde o início do seu funcionamento, operando 24h ininterruptamente, durante os 58 meses de funcionamento, atendendo à condicionante número 2.17 da Licença de Operação (LO – Nº 1317/2015), que reitera a obrigatoriedade de operação ininterrupta do sistema.

04. GESTÃO SOCIAL

Durante a implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte no Pará, a Norte Energia empregou, até o fim de 2017, R\$ 2,9 bilhões em ações socioeconômicas nos municípios das áreas de influência direta e indireta do empreendimento. O investimento em tais iniciativas reafirma o compromisso da Empresa com o desenvolvimento social, econômico e humano da região do médio Xingu. No início do projeto, em 2010, a Norte Energia previa investir R\$ 3,7 bilhões nas ações socioambientais. Em valores corrigidos, esse aporte chegará a mais de R\$ 6,02 bilhões destinados ao Projeto Básico Ambiental (PBA) e ao Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI). Além desse montante, a Empresa também investe no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), que beneficia 12 municípios da região da UHE Belo Monte e para o qual já foram destinados R\$ 276,1 milhões ao final de 2017.

4.1. PROJETO BÁSICO AMBIENTAL (PBA)

Composto por 117 projetos, o PBA atende os municípios da Área de Influência Direta (AID) e da Área de Influência Indireta (AI) do empreendimento. Esses projetos envolvem ações em saúde, educação, habitação, saneamento básico, segurança e assistência social.

MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA UHE BELO MONTE	
Municípios da AID	Município da AI
Altamira	Uruará
Vitória do Xingu	Placas
Brasil Novo	Medicilândia
Anapu	Pacajá
Senador José Porfírio	Porto de Moz
	Gurupá

Cabe destacar que, com os avanços dos projetos e o alcance de seus objetivos, 42 projetos já se encontram concluídos.

4.1.1. HABITAÇÃO

A construção de cinco novos bairros em Altamira estava prevista no PBA e foi concluída em 2015. Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Laranjeiras e Água Azul abrigam 3,5 mil famílias reassentadas. Ao todo, foram ocupadas 3,7 mil casas, que possuem uma área de 63 metros quadrados, com três quartos, dois banheiros, uma sala e uma cozinha. As casas possuem piso de telha de cerâmica, forro de tampo e banheiros equipados. Foram também implantadas casas adaptadas para portadores de necessidades especiais, disponibilizadas aos beneficiários, conforme acompanhamento social das famílias identificadas.

Os novos bairros contam com infraestrutura completa: saneamento, rede de água potável, energia elétrica, iluminação pública, ruas asfaltadas, calçadas especiais para portadores de deficiência, escolas e recolhimento de lixo. Além disso, a Norte Energia já entregou Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos bairros Jatobá, São Joaquim e Laranjeiras.

Em 2017, a Norte Energia investiu R\$ 37 milhões no projeto de Reassentamento, o que possibilitou o início da implantação de um novo bairro, o RUC Pedral, que, assim como ocorreu nos demais reassentamentos, serão instaladas casas modelos para visita e escolha dos futuros moradores. O bairro contará com duas áreas de uso múltiplo para abrigar as sedes das associações indígenas, bem como beneficiárias de uso comunitário, em especial: Centro Tecnológico, Centro Cultural, Barracão de Barcos, Mercado de Peixes e Feira.

4.1.2. SAÚDE

Na área de saúde pública, a Norte Energia investe, desde 2011, no Plano de Ação para Controle da Malária (PACM). Nos cinco municípios que constituem a AID da UHE Belo Monte, os casos da doença tiveram redução quase total em 2016, sendo que em novembro de 2017 não foi relatado nenhum caso da doença. Com a inclusão de Pacajá na AID do empreendimento, a diminuição chega a 99% nos últimos sete anos. No início do projeto da UHE Belo Monte, os municípios atendidos pelo PACM registraram 5,075 casos da doença. A redução é consequência de um conjunto de ações previstas no PACM, que destinou cerca de R\$ 19 milhões provenientes da Norte Energia, que foram aplicados até o final 2017. A Norte Energia também investiu na construção e na reforma de hospitais, como o de Anapu e o de Vitória do Xingu, que já foram entregues e equipados. Foram concluídas, também, as obras do Hospital Geral de Altamira, no bairro Muiirão, com capacidade de 100 leitos para atendimento a casos de alta e de média complexidade. Além da construção do hospital, a Norte Energia também foi responsável por equipá-lo. Tais iniciativas são resultado do acordo entre a Empresa, a Secretaria de Saúde do Pará e a Prefeitura de Altamira.

Além disso, foram entregues 30 Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos municípios da AID da UHE Belo Monte. Cada uma das UBS tem capacidade de cobertura para 12 mil pessoas e é equipada, inclusive, com consultório odontológico completo. Com investimento de cerca de R\$ 15 milhões, a Empresa entregou sete UBS em Altamira, seis em Vitória do Xingu, sete em Anapu, cinco em Senador José Porfírio e cinco em Brasil Novo. Do total de 41 obras previstas, entre reformas, ampliações e novas construções, foram concluídas 39 obras da área de saúde, além de equipadas e entregues à população da AID, com aprovação da Vigilância Sanitária do Estado. Como parte dessas obras, estão incluídas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), todas concluídas.

4.1.3. SANEAMENTO BÁSICO

Com foco na promoção do bem-estar social, a Norte Energia já contratou R\$ 308,66 milhões em projetos de saneamento básico nos municípios da AID da UHE Belo Monte. Os investimentos foram destinados à implantação de redes de água e esgoto, que melhoram a qualidade de vida dos moradores da região e contribuem para o controle e a prevenção de doenças. Entre as obras de saneamento realizadas destacam-se os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário – que começaram a ser implantados pela Norte Energia em 2013, na cidade de Altamira, e já estão concluídos. Foram instalados 220 quilômetros de rede de esgoto e 170 quilômetros de rede de água potável, com oito reservatórios. Ainda

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2017

em relação ao saneamento de Altamira, foi realizada a implantação de um Aterro Sanitário para o atendimento da população do município, já em operação pela Municipalidade. Tal ação possibilitou a realização da remediação do antigo “Lixão de Altamira”, trazendo mais benefícios a saúde e meio ambiente altamirense.

Na sede municipal de Vitória do Xingu, a Empresa concluiu a implantação de 29 quilômetros de rede de esgoto, além de 12 quilômetros de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 quilômetros de rede de água. O aterro sanitário local, também construído pela Norte Energia, já tem duas células em operação.

Em relação ao atendimento de condicionantes referente às Ligações Intradomiciliares em Altamira, ao longo do ano de 2017 foi apresentado um significativo avanço nas obras do entorno, com ênfase nas ligações de água e esgoto domiciliar. Segundo informações do 39º Relatório sobre Ligações Domiciliares às Redes de Água e Esgoto de Altamira (janeiro/2018), foram concluídas 415 ligações, sendo 13.956 ligações à rede coletora de esgoto e 14.533 ligações à rede de abastecimento de água. Outras 108 ligações estão em andamento, sendo 54 ligações à rede de esgoto e 54 ligações à rede de água.

Dois distritos de Vitória do Xingu também foram beneficiados pelas obras de saneamento básico:
• Belo Monte: a Norte Energia concluiu 220 metros da rede de drenagem pluvial e 2,3 quilômetros da rede de esgoto sanitário do distrito.
• Leonardo da Vinci: a Empresa implantou 9,8 quilômetros de rede de esgoto, 5,6 quilômetros de drenagem pluvial, 12,8 quilômetros de rede de água tratada e 5,8 quilômetros de pavimentação.

No município de Anapu, na comunidade de Belo Monte do Pontal, a Empresa concluiu 320 metros da rede de drenagem pluvial e 4,3 quilômetros da rede de esgoto sanitário. Em Senador José Porfírio, três comunidades deste município também receberam obras de saneamento desde o início da construção da UHE Belo Monte. Na comunidade da Ressaca, a Norte Energia concluiu 1,3 quilômetro de rede de água e 2,2 quilômetros de rede de esgoto. Na comunidade Ilha da Fazenda foram concluídas 28 fossas sépticas, 28 unidades de sumidouro e implantados três filtros biológicos. Já a comunidade Garimpo do Galo recebeu cerca de 558 metros de rede de esgoto e 483 metros de rede de água.

4.1.4. EDUCAÇÃO

A Norte Energia vem reforçando a estrutura de educação nos cinco municípios da AID da UHE Belo Monte. Como parte do PBA do empreendimento, a Empresa concluiu várias obras relacionadas à área até o fim de 2017. São mais de 288 salas de aula construídas e reformadas, beneficiando diretamente 23,2 mil alunos. As unidades de educação implantadas pela Norte Energia dispõem de refeitórios, banheiros, salas de leitura, laboratórios de informática, salas de apoio aos professores e quadras poliesportivas. Foram investidos nessas estruturas R\$ 123 milhões.

4.1.5. SEGURANÇA

Desde o início da obra da UHE Belo Monte, a Norte Energia já investiu cerca de R\$ 115 milhões em segurança pública. As ações beneficiam 11 municípios da área de influência do empreindimento e estão previstas no termo de cooperação técnica e financeira firmado com o Governo do Pará, em maio de 2011.

Ao todo, serão aportados R\$ 140 milhões. Os investimentos serão destinados, principalmente, a equipar a força policial local. Incluem, assim, compra e aluguel de equipamentos e materiais, como caminhonetes, motocicletas, guinchos, ônibus, lanchas, sistemas de rádio e de vídeo, monitoramento, algemas e coletes à prova de bala.

4.1.6. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como parte do Projeto Básico Ambiental (PBA), a Norte Energia realiza uma série de ações de assistência social, voltadas especialmente para as famílias reassentadas nos novos bairros e também para a população migrante. Em Altamira e Vitória do Xingu destacam-se os serviços do Núcleo de Atendimento Social e Psicológico às comunidades reassentadas e ao migrante. Os serviços são prestados por equipes técnicas qualificadas, que têm em seus quadros profissionais: assistentes sociais, pedagogos e psicólogos. A equipe contratada faz visitas domiciliares às famílias que foram reassentadas e acolhem os migrantes que não conseguem trabalho. Assim, esses profissionais atendem e acompanham famílias e migrantes em situação de vulnerabilidade social ou risco pessoal. Desde o início do projeto, foram visitadas mais de 6 mil famílias, desde o início dos encaminhamentos para atendimentos a situações de vulnerabilidade. A Norte Energia promove, ainda, ações em parceria com outras entidades de classe e de diferentes setores, a fim de aprimorar o trabalho de inclusão e reinserção social à população diretamente afetada pelo empreendimento. Entre essas ações estão as parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-PA) para auxiliar na estruturação da produção de pequenos produtores rurais das comunidades do entorno da Usina.

A Norte Energia realiza trabalhos de capacitação e responsabilidade social em parceria com a Federação das Indústrias do Pará (Fiepa) para estimular o empreendedorismo, preparar fornecedores e incentivar o desenvolvimento da economia local.

Em 2017, a Companhia investiu cerca de R\$ 20 milhões em Apoio Social e aos Municípios. No período, foi elaborada em conjunto com os serviços concedidos, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e as respectivas Secretarias dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu – uma metodologia integrada e padronizada de registro e sistematização das informações como auxílio para a rede socioassistencial municipal.

4.2. COMPONENTE INDIGÊNA

Um montante de R\$ 475,9 milhões já foi investido no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI). As ações do PBA-CI são executadas em 11 terras indígenas e em uma área de 5 milhões de hectares que, atualmente, contam com aproximadamente 49 aldeias. Nestas aldeias vivem aproximadamente 3,5 mil indígenas de nove etnias. O PBA-CI é dividido em 10 programas e um Plano de Gestão:

- Programa de Gestão Territorial Indígena;
- Programa de Educação Escolar Indígena;
- Programa Integrado de Saúde Indígena;
- Programa de Atividades Produtivas;
- Programa do Patrimônio Cultural Material e Imaterial;
- Programa de Supervisão Ambiental;
- Programa de Fortalecimento Institucional;
- Programa de Infraestrutura;
- Programa de Realocação e Reassentamentos;
- Programa de Comunicação para Não Indígenas.

Das 34 Unidades Básicas de Saúde (UBS) previstas, 18 foram entregues ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). As 16 UBS restantes devem ser equipadas e entregues pela Norte, no primeiro semestre de 2018.

Das 34 Escolas Indígenas previstas, oito foram entregues às Secretarias Municipais de Educação. Um total de 39 Casas de Fariña foi implantado pela Norte Energia e estão em uso pelas comunidades indígenas.

Um total de 724 Casas de Moradia estão previstas, com 567 entregues aos indígenas. Das 13 condicionantes do IBAMA previstas na LP da UHE Belo Monte, a Norte Energia já atendeu a 12 delas, sendo que a última está em andamento.

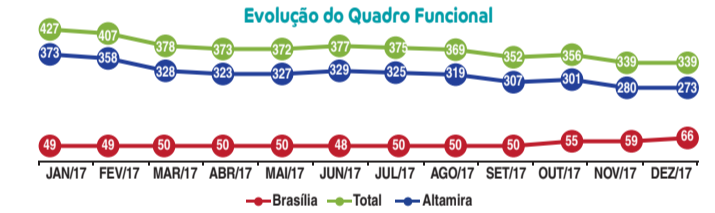
4.3. ABERTA AO DIÁLOGO

A Norte Energia divulga suas ações periodicamente, por meio de diversos canais: site institucional, informativos, notas à imprensa, relatórios, campanhas publicitárias e educativas em rádio e televisão, redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram e YouTube. Todos esses meios de comunicação permitem que a Companhia aplique sua política de transparência e acesso à informação de forma democrática e inclusiva.

4.4. EMPREGADOS DIRETOS

Em dezembro de 2017, o quadro próprio de empregados da Norte Energia reduziu 23% em relação ao período anterior – passando de 440 para 339 pessoas. Desse total, 273 estavam alojados em Altamira (PA) e 66 em Brasília (DF). Os números mostram que a Empresa manteve a maioria dos seus empregados (81%) trabalhando junto às obras da Usina, como pode ser visto na evolução do quadro funcional em 2017, conforme gráfico abaixo.

A Norte Energia acredita no trabalho e a oferta de serviços dependem da qualificação e do desempenho de seus profissionais. Por isso, se dedica a proporcionar oportunidades de desenvolvimento e capacitação, além de um ambiente de trabalho saudável.



4.4.1. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Na Norte Energia a Saúde e Segurança no Trabalho (SST) é assunto prioritário. A fim de preservar a saúde e integridade física dos trabalhadores envolvidos na obra, a Empresa exige de todos os seus empregados diretos e contratados, o cumprimento da legislação e de todas as normas relativas à SST. Assim, processos e riscos presentes nos ambientes de trabalho são devidamente identificados, enquanto empregados, prestadores de serviço, fornecedores e visitantes da obra são orientados sobre as medidas de prevenção e controle.

4.4.2. VILA RESIDENCIAL DE TRABALHADORES

Para abrigar os empregados que não residem nos alojamentos, a Empresa iniciou, em 2013, a construção de uma Vila Residencial com 2.187 casas. A Vila Residencial chegou a abrigar 2.587 famílias. Além de residências, foram construídas uma escola, um hospital e um centro ecumênico para atender essa comunidade.

No contexto de contratação de mão de obra, para assegurar o desenvolvimento local sustentável, a Norte Energia dá preferência, sempre que possível, à utilização de fornecedores e prestadores de serviços localizados na região de abrangência da UHE Belo Monte. Do total de trabalhadores do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), por exemplo, 43% é do Estado do Pará. Em 2017, o Consórcio Montador Belo Monte (CMBM) priorizou a contratação de moradores das regiões Norte e Nordeste, que somadas representam 85% do quadro funcional do CMBM.

05. GESTÃO AMBIENTAL

A preservação do meio ambiente baliza todas as ações da Norte Energia para construir e operar a UHE Belo Monte na região do rio Xingu. Devido ao cumprimento de projetos previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) e das condicionantes ambientais, a Empresa recebeu, em novembro de 2015, a Licença de Operação (LO – Nº 1317/2015), emitida pelo IBAMA. Com a LO, a Companhia deu início a uma etapa crucial do empreendimento: o enchimento dos dois reservatórios da Usina. Essa conquista garantiu a continuidade dos trabalhos para que a UHE Belo Monte iniciasse a geração de energia ainda no primeiro semestre de 2016 e o início das atividades comerciais durante todo o ano de 2017. O documento emitido pelo Instituto atesta que a Norte Energia cumpriu 23 condicionantes ambientais exigidas pelo órgão. Até 2017, a Norte Energia investiu R\$ 4,8 bilhões em ações socioambientais e seguiu atendendo aos compromissos definidos pelo PBA.

5.1. SUPRESSÃO VEGETAL

O processo de supressão vegetal nas áreas das obras civis e dos reservatórios da UHE Belo Monte foi concluído em 2015. Essa ação, que foi acompanhada por trabalhos de resgate de alguns grupos de plantas e também afugentamento e resgate de animais, evita que a vegetação alagada gere gases de efeito estufa, já que as plantas submersas emitem gás carbônico durante a decomposição.

Ao todo, a Norte Energia suprimiu 22.470,82 hectares de vegetação, sendo 5.785,34 ha para obras civis e infraestrutura, 5.133,97 ha no Reservatório Principal do rio Xingu e 11.551,51 ha no Reservatório Intermediário. Durante o processo de supressão, o IBAMA emitiu autorizações com a delimitação de polígonos para os locais de trabalho da Empresa. Essa foi a maior intervenção em relação à retirada de remanescentes de vegetação já realizada em empreendimentos hidrelétricos no Brasil.

Em alguns trechos, a Norte Energia precisou solicitar autorização do IBAMA para aumentar as áreas programadas para supressão. Foi o caso da Ilha do Capacet, que teve parte da vegetação retirada por solicitação do IBAMA, além de outras ilhas menores, na região do Reservatório Principal, o que levou a uma supressão final 3,2% acima do previsto.

5.1.2. DESTINAÇÃO CORRETA DA VEGETAÇÃO

Desde o início das obras, a Norte Energia desenvolve um programa específico para a destinação adequada da madeira originada da supressão vegetal. As árvores extraídas são divididas em três grupos: madeira aproveitável para serraria, resíduos grossos (raizetes e galhos grossos) e resíduos finos (galhos finos e folhas das copas). A Empresa instalou duas serrarias para a produção de tábuas, vigas e pranchas e também tem previsto um processo produtivo para aproveitamento das raízes das árvores e das toras não aproveitáveis para produção de cavacos de madeira ou de carvão vegetal. Também está prevista a conversão dos resíduos das serrarias em carvão vegetal para comercialização na região. No caso das madeiras protegidas por lei, que não podem ser comercializadas, como a castanheira, por exemplo, a Norte Energia doa o material já serrado às prefeituras, comunidades indígenas e outras instituições beneficiárias, além de utilizá-lo na obra principal e nas obras sociais previstas pelo empreendimento.

Em relação aos resíduos florestais, não têm valor comercial, gerados nas áreas dos reservatórios, a Norte Energia desenvolveu uma ampla pesquisa para definir a melhor destinação, simulando cenários diferentes: um deles considerando o aterramento do material e o outro envolvendo a queima do resíduo e aterro das cinzas nas ilhas alagadas. A segunda opção foi considerada a de menor impacto ao meio ambiente, por gerar menor quantidade de gás carbônico. Ao comprovar, por meio de estudos, que a queima era o método menos prejudicial, a Norte Energia obteve licença do IBAMA para aplicá-la.

O processo evitou que os resíduos finos fossem transportados por embarcações, das ilhas até as margens do Xingu. Além disso, a queima do resíduo fino nas ilhas garantiu que o fogo não se alastresse e atingisse outras regiões. A Norte Energia realizou uma destinação adequada dos resíduos em meio às seguintes etapas:
• Delimitação das unidades de queima controlada;
• Disposição de equipamentos e equipes de apoio;
• Resgate e afugentamento da fauna;
• Trabalho de equipes de brigadas de incêndio e apoio;
• Queima;
• Aterramento das cinzas e resíduos da queima;
• Aterramento do material não queimado.

5.2. FAUNA E FLORA

A Norte Energia é responsável por uma série de ações que visam à conservação da flora e da fauna na região onde está localizada a Usina. Um investimento que, em 2017, girou em torno de R\$ 29,7 milhões.

As iniciativas estão todas previstas no PBA, desenvolvido pela Companhia desde o início do projeto da UHE Belo Monte, em 2010. O Programa de Conservação dos Ecossistemas Terrestres, por exemplo, é uma dessas ações, que orienta as equipes da Norte Energia no resgate e no monitoramento de animais e plantas da região do Xingu.

O resgate da fauna envolve diversos profissionais, entre técnicos e biólogos, que trabalham diariamente para monitorar uma área de 150 km². Do começo das obras até o início da operação comercial, foram resgatados mais de 300 mil animais silvestres. Os animais saudáveis (92%) foram devolvidos ao habitat natural, enquanto os demais foram encaminhados a instituições científicas ou mantidos sob os cuidados do Centro de Estudos Ambientais (CEA) da Norte Energia. Cerca de 78% dos resgatados são répteis e anfíbios.

A fauna acolhida pelo CEA passa por uma avaliação da equipe veterinária, que verifica as condições físicas. Se comprovada a boa saúde do animal, ele é encaminhado às áreas de soltura. Esses locais são previamente estudados e devem apresentar condições adequadas a cada espécie. Para avaliar as condições do meio biótico para a soltura e evitar a superpopulação de determinadas espécies, os técnicos mapeiam as áreas com a ajuda de aparelhos de geolocalização.

5.2.1. QUELÔNIOS

A população de répteis, como tartarugas, cágados e jabutis, também conhecida como quelônios, é monitorada e manejada constantemente pela Norte Energia.

A Empresa utiliza um sistema de radiotelemetria via satélite para acompanhar 10 tartarugas-da-Amazônia na região do Tabuleiro do Embaubal e 20 tracajás (espécie de tartaruga) às margens do barramento do Sítio Pimental. Cada um desses animais é cadastrado e carrega em seu casco um aparelho para rastreamento e análise dos hábitos de vida e de migração. Devido ao monitoramento da Norte Energia, constatou-se que muitas das tartarugas-da-Amazônia deslocam-se por grandes distâncias. Elas saem da Ilha de Marajó e do município de Almeirim, no Pará, e também da foz do Rio Negro, no Amazonas, para desovar no Tabuleiro do Embaubal. Já os tracajás são residentes da região do Xingu e reproduzem-se nas praias e nos barrancos próximos aos locais de alimentação.

A Norte Energia protegeu, em 2017, cerca de 200 mil filhotes de quelônios nascidos nas praias do Tabuleiro do Embaubal e Volta Grande do Xingu, por meio de seus projetos de conservação e manejo de fauna, executados no âmbito do Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Este trabalho é realizado desde 2011 com resultado de mais de 3,4 milhões de filhotes de tartarugas-da-Amazônia, pitiús e tracajás soltos na natureza.

5.2.2. ICTIOFAUNA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2017

geradoras de energia elétrica, os encargos incorridos estão sendo contrapostos, mensalmente, com as receitas financeiras (recursos de empréstimos aplicados temporariamente). Dessa forma, as despesas superaram as receitas, gerando capitalização, mensalmente, no imobilizado em construção, conforme disciplina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) 20 e 27, sendo a proporção entre o que é capitalizado dos encargos e a despesa financeira reconhecida no resultado definida a partir do potencial de energia instalado das Unidades Geradoras. Mesmo com o início da operação, a Norte Energia ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para a conclusão da Usina, as quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidas pelas receitas de operações futuras.

6.1.2. CAPITAL SOCIAL

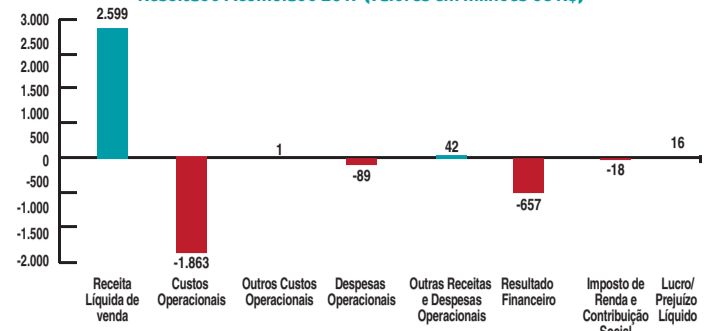
Em 2017 foram realizadas a 34ª, 35ª, 36ª, 37ª, 38ª, 39ª, 40ª e 41ª Assembleia Geral Extraordinária e aprovadas as subscrições de capital nos valores de R\$ 295.000, R\$ 135.000, R\$ 185.000, R\$ 148.000, R\$ 100.000, R\$ 75.000, R\$ 110.000 e R\$ 110.000, passando o capital subscrito de R\$ 12.063.000 para R\$ 12.458.000, sendo integralizados R\$ 12.165.858, que compreendem 12.165.858 ações ordinárias e (R\$11.127.665, correspondente a 11.127.665 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2016).

As demonstrações financeiras também estão disponíveis no link: www.norteennergiasa.com.br

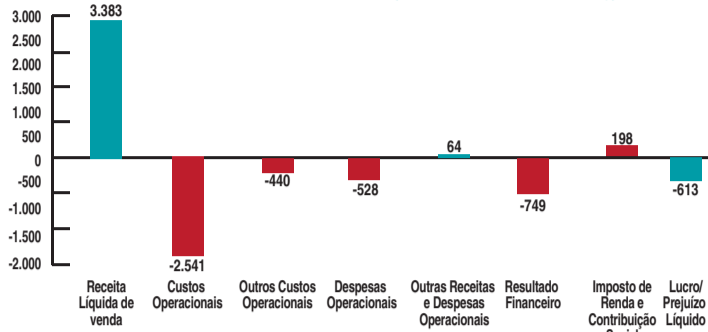
6.1.3. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

Informações gerais	GRI	Dados/dez 2017
Número total de empregados	LA1	339
Empregados até 30 anos de idade (%)		60 - 17,70%
Empregados com idade entre 31 e 40 anos (%)	LA13	119 - 35,10%
Empregados com idade entre 41 e 50 anos (%)	LA13	72 - 21,24%
Empregados com idade superior a 50 anos (%)	LA13	88 - 25,96%
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	LA13	89 - 26,25%
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	LA13	14 - 4,13%
Empregadas negras (pretas e pardas) – em relação ao total de empregados (%)	LA13	41 - 12,09%
Empregados negros (pretos e pardos) – em relação ao total de empregados (%)	LA13	111 - 32,74%
Empregadas(as) negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	LA13	22 - 6,49%
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	LA1	22 - 6,49%
Empregados do programa de contratação de aprendizes (%)	LA1	6 - 5,05%
Empregados com deficiência	LA13	11 - 3,24%
Remuneração, benefícios e carreira	GRI	Valor em R\$
Remuneração		101.550.864,23
Folha de pagamento bruta	EC1	75.599.004,52
Encargos sociais compulsórios	EC1	25.951.859,71
Benefícios	LA3	11.955.016,74
Educação (Sophos)	LA3	222.812,24
Alimentação (Sodexo)	LA3	4.291.759,00
Transporte	LA3	16.943,00
Saúde	LA3	7.201.120,24
Fundação	LA3	-
Segurança e medicina do trabalho (CLIMET/SESI)	LA3	92.125,50
Cultura	LA3	-
Capacitação e desenvolvimento profissional (T&D)	LA3	130.256,76
Creches ou auxílio-creche	LA3	-

Resultado Acumulado 2017 (valores em milhões de R\$)



Resultado Acumulado 2010 - 2017 (valores em milhões de R\$)



O prejuízo acumulado da Norte Energia é consequência da fase pré-operacional da UHE Belo Monte, com realizações de investimentos necessários à formação do ativo principal da Empresa. Os custos e despesas operacionais referem-se a gastos com as áreas de atuação da companhia. O resultado financeiro é composto pelas receitas das aplicações, deduzidas as despesas financeiras, formadas basicamente pelos encargos dos empréstimos e dos financiamentos.

6.1. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras da Norte Energia resultam basicamente das aplicações financeiras (fundos de investimento em renda fixa e títulos emitidos por instituições financeiras confiáveis). As despesas financeiras compreendem os encargos da dívida provenientes de empréstimo concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2017, não ocorreram liberações do financiamento de longo prazo junto ao BNDES e aos bancos repassadores (Caixa Econômica e BTG Pactual), o qual soma R\$ 20,5 bilhões de liberações nos últimos seis anos e são integralmente vinculados à construção das unidades

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.662	205.796
Aplicações financeiras	5	5.119	12.016
Contas a receber de clientes	6	385.934	201.030
Tributos a recuperar	7	241.793	271.460
Despesas antecipadas	8	28.256	27.992
Depósitos judiciais e cauções	11	1.456	5.926
Outros créditos	12	96.001	59.557
Total do ativo circulante		765.221	783.777
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	51.197	61.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	515.126	219.570
Depósitos judiciais e cauções	11	628.352	125.277
Outros créditos	12	3.340	3.340
Imobilizado	9	38.769.316	36.028.984
Intangível	10	343.031	316.997
Total do ativo não circulante		40.310.362	36.755.357
Total do ativo		41.075.583	37.539.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	13	1.191.528	449.413
Empréstimos e financiamentos	16	1.707.983	630.932
Partes relacionadas	17	12.921	179
Provisões	15	24.680	12.890
Uso do Bem Público (UBP)	10.3	83.254	63.305
Compensações socioambientais	18	120.748	328.694
Outras contas a pagar	14	183.717	134.867
Total do passivo circulante		3.324.831	1.620.280
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	25.546.587	24.984.318
Uso do Bem Público (UBP)	10.3	246.601	241.739
Compensações socioambientais	18	-	140.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.c	313.077	-
Outras Provisões		91.390	54.219
Total do passivo não circulante		26.197.655	25.420.276
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	19	12.165.858	11.127.665
Prejuízos acumulados		(612.761)	(629.087)
Total do patrimônio líquido		11.553.097	10.498.578
Total do passivo e patrimônio líquido		41.075.583	37.539.134

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		33.846	(95.607)
Ajustes do lucro/prejuízo de itens sem desembolso de caixa:			
Depreciação e amortização	9 e 10	425.581	88.813
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		-	93.430
Resultado financeiro		704.412	173.009
Resultado ajustado		1.163.839	259.645
Variações em ativos e passivos das atividades operacionais:			
Contas a receber de clientes		(184.904)	(190.522)
Tributos a recuperar		(264.498)	(248.932)
Despesas antecipadas	8	9.728	10.870
Garantia de investimentos financeiros	11.b	(392.417)	(4.239)
Outros créditos		(88.273)	(117.900)
Fornecedores		748.415	17.025
Pagamento de tributos		(240.446)	(29.476)
Outras obrigações fiscais		313.077	-
Outras contas a pagar		(64.380)	566.569
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.000.141	263.040
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Aumento de imobilizado (excluindo juros capitalizados não liquidados)	9	(1.618.054)	(3.909.968)
Aumento de ativos intangíveis (excluindo bens de utilização pública)	10	(492)	(1.444)
Aplicações financeiras		11.227	16.879
Cauções		-	1.103
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.607.319)	(3.893.430)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	(630.149)	-
Integralização de capital	19	1.038.193	3.835.665
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		408.044	3.835.665
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		(199.134)	205.275
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		205.796	521
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.662	205.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Perfil da remuneração	Valor (em R\$)
Categorias (salário médio no ano corrente) – sem a diretoria	12.201,76
Categoria 1 - Administrativo	2.629,54
Categoria 2 - Nível médio	4.638,06
Categoria 3 - Nível médio especialista	10.502,56
Categoria 4 - Nível superior	9.129,86
Categoria 5 - Nível superior especialista	19.193,59
Categoria 6 - Coordenadores	19.153,32
Categoria 7 - Gerentes	24.643,67
Categoria 8 - Superintendentes	41.610,31
Categoria 9 - Diretores	73.750,00

Saúde e segurança no trabalho	GRI	Dados/dez 2017
Média de horas extras por empregado/ano		
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para empregados	LA7	1,00
Índice TG (taxa de gravidade) total da empresa no período, para empregados	LA7	7,00
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para terceirizados/contratados - Todos os terceiros	LA7	1,68
Índice TF (taxa de frequência) - Contratadas da obra principal (CCBM, CMBM, ANDRITZ, ISOLUX e SÃO SIMÃO)	LA7	1,95
Índice TG (taxa de gravidade) no período, para terceirizados/contratados - Todos os terceiros	LA7	37,10
Índice TG (taxa de gravidade) - Contratadas da obra principal (CCBM, CMBM, ANDRITZ, ISOLUX e SÃO SIMÃO)		40,86
Índice TF (taxa de frequência) da empresa no período, para a força de trabalho (próprios mais terceiros)	LA7	1,64
Índice TG (taxa de gravidade) no período, para a força de trabalho (próprios mais terceiros)	LA7	35,56
Óbitos - próprios	LA7	0,00
Óbitos - terceirizados	LA7	0,00
Óbitos - contratados da obra principal	LA7	0,00
Desenvolvimento profissional	GRI	Dados/dez 2017
Perfil da escolaridade		339
Ensino fundamental		4 1,18%
Ensino médio		122 35,99%
Ensino técnico	LA1 11	3,24%
Ensino superior		180 53,10%
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)		22 6,49%
Valor investido em desenvolvimento profissional e educação (em reais)	LA10	130.256,76
Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.	LA10	14:12

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida de venda	20	2.598.916	654.543
Custos de venda de energia:			
Energia comprada para revenda	21	(1.023.380)	(56.339)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(326.706)	(93.114)
Serviços de operação e manutenção		(76.838)	(56.780)
		(1.426.924)	(206.233)
Custos de operação:			
Pessoal, administração e serviços de terceiros	22	(97.095)	(90.312)
Depreciação e amortização	22	(417.645)	(81.314)
Outros	22	79.680	(128.818)
		(435.060)	(300.444)
Lucro bruto		736.932	147.866
Despesas operacionais:			
Administrativas	23	(46.482)	(92.782)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		690.450	55.084
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras	24	98.227	25.268
Despesas financeiras	24	(754.831)	(175.959)
		(656.604)	(150.691)
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		33.846	(95.607)
Imposto de renda e contribuição social correntes	25.a	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.a	(17.520)	18.640
Lucro/Prejuízo do exercício		16.326	(76.967)
Quantidade média de ações disponíveis no exercício (em lotes de mil)		11.858.569	9.651.496
Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (em R\$)		0,0014	(0,0080)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/Prejuízo do exercício	16.326	(76.967)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	16.326	(76.967)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de venda	2.980.398	751.067
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo com energia elétrica	(1.426.924)	(206.233)
Material	(2.685)	(2.855)
Serviços de terceiros	(123.528)	(113.949)
Outros	(69.571)	(104.741)
Depreciação e amortização	(425.581)	(88.524)
Valor adicionado recebido em transferência - receitas financeiras	98.227	25.268
Outros resultados operacionais	43.109	682
Valor adicionado a distribuir	1.212.587	224.715
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos (inclui remuneração dos administradores)	37.749	40.669
Impostos, taxas e contribuições:		
Tributos sobre a receita de venda	289.882	69.589
Deduções a receita operacional líquida	25.989	6.545
Ganho de fiscalização	6.900	-
Utilização de recursos hídricos	58.721	20.390
Crédito fiscal corrente/diferido	17.520	(18.640)
Remuneração de capitais de terceiros:		
Aluguéis	4.679	7.170
Despesa financeira	754.831	175.959
Lucro/Prejuízo do exercício	16.326	(76.967)
Valor adicionado distribuído	1.212.587	224.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Norte Energia S.A. ("Companhia" ou "Norte Energia") é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010. A Companhia é controlada por meio de Acordo de Acionistas ("Acordo"), do qual todos os Acionistas signatários, conforme disposto no artigo 119 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, à operação, à manutenção e à exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada no Setor Comercial Norte, quadra 4, bloco B, salas 904 e 1004, Centro Empresarial Varig, Asa Norte, Brasília - DF.

2.11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo total e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requiera um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade em conexão ao empréstimo.

2.12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Outras contas a pagar são provisões reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são apresentadas no balanço patrimonial e na demonstração de resultado. Esta rubrica compreende, principalmente, os tributos e contribuições a recolher e obrigações estimadas da folha de pagamento.

2.13. DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

2.14. CAPITAL SOCIAL

O capital social é todo composto por ações ordinárias não incorrendo custo na emissão.

2.15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando tais impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com impostos administrados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributadas ou diferentes entidades tributadas, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.16. RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação, recebido ou a receber, pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

2.16.1 RECEITA OPERACIONAL

A Companhia atua no mercado de energia elétrica e reconhece a receita no momento em que entrega a energia, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais.

2.16.2 RECEITA FINANCEIRA

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS - CPC 01 (R1)

A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.18. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. O resultado básico por ação equivale ao resultado por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

2.19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem, principalmente:

- Caixa e equivalentes de caixa: apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil (Nota 4).
- Aplicações financeiras: o valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. As aplicações financeiras estão classificadas pelo valor justo por meio de resultado (Nota 5).
- Empréstimos e financiamentos: o principal propósito deste instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de construção da Companhia e eventualmente suprir as necessidades de seus fluxos de caixa no curso prazo (Nota 16).
- O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação (Nota 26).

2.20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Belo Monte e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Xingu, entre os municípios de Vitória do Xingu e Altamira, no estado do Pará, sob o regime de produção independente, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. A Administração revisa, regularmente, as informações financeiras da Companhia, de maneira a alocar os recursos e analisar o desempenho. Desta forma, a informação por segmento não é utilizada em suas análises.

2.21. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Os novos pronunciamentos ou aplicados pela primeira vez até 31 de dezembro de 2017 não trouxeram efeitos às demonstrações financeiras da Companhia.

2.21.1 APLICÁVEL EM OU A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2018

O CPC 47 sobre a Receita de Contrato com Cliente – em linha com o IFRS 15, especifica como e quando será feito o reconhecimento das receitas provenientes de contratos com clientes assim como requer que a entidade forneça aos usuários das demonstrações financeiras informações mais detalhadas e relevantes.

O CPC 48 sobre os Instrumentos Financeiros – em linha com o IFRS 9, tem como objetivo substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e estabelecer princípios para divulgação de ativos e passivos financeiros, bem como adicionar novo modelo de *impairment* e alterações limitadas para requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” para alguns instrumentos de dívida simples.

Com base na avaliação da Companhia, não é esperado que a aplicação dos novos requerimentos tenha impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

2.20.2 APLICÁVEL EM OU A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2019

O IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil tem como objetivo introduzir exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos, não se enquadrando a realidade atual da Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Com base em premissas, a Administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requererem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, a determinação do valor recuperável dos ativos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos valores e prognósticos de perda relacionados com demandas judiciais e administrativas.

3.2. UNITIZAÇÃO 01

Conforme Nota 01, as UGs estão entrando em operação comercial de forma gradual e em períodos diferentes. As taxas de depreciação e o início da depreciação dos bens ocorrem por UG, sendo a depreciação contabilizada proporcionalmente à geração de energia comercializada, calculada em conformidade com as quotas estabelecidas pela ANEEL ou limitadas ao prazo de concessão. No caso dos reservatórios e outros bens de uso comum entre as UGs, os quais não entram em operação de forma parcial, obedecendo aos conceitos de geração de benefícios econômicos, representado pelo princípio da confrontação de receitas e despesas, a taxa de depreciação deve ser proporcional com a curva de ativação das UGs.

3.3. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Em 2016, a Companhia reconheceu como provisão o valor de R\$93.430 com base na análise do relatório das competências de abril a agosto do Contas a Receber constituído de acordo com a operação de compra de energia no Mercado de Curto Prazo no âmbito da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Conforme despacho da ANEEL nº CE 05/2017 emitido em 19 de setembro de 2017, foi adotado uma nova forma de operacionalização das decisões judiciais que limitam a aplicação dos efeitos financeiros do Fator de Ajuste da Garantia Física, ou *Generation Scaling Factor* (“GSF”), nos termos do Despacho ANEEL nº 2.982/2016. Na prática, a Companhia deixou de ser impactada contabilmente por tais efeitos. Em outubro de 2017 no fechamento da competência de agosto de 2017 os créditos provisionados como liquidação duvidosa mais atualizações foram restituídos a Companhia.

3.4. PROVISÃO PARA REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A Companhia adota variáveis e premissas em teste de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados a concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens.

A Administração elaborou estudos buscando assegurar que os ativos da Companhia estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Assim, um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil excede o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo seria caracterizado como sujeito a perda de valor e a Norma Contábil CPC 01 requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. Esses estudos foram realizados na data base de 31 de dezembro de 2017 e não indicaram necessidade de provisão por desvalorização. O Fluxo de caixa projetado para o período da concessão foi descontado a uma taxa móvel que reflete mais adequadamente a estrutura de capital, a alíquota efetiva de IRPJ/CSLL e a taxa de juros remanescente do serviço da dívida. No cálculo da taxa de desconto, o CAPM (Ke) e o Custo de capital de terceiros (Kd) foram utilizadas variáveis que são divulgadas de forma transparente e de domínio público. No cálculo do fluxo de caixa, foram ainda considerados os estudos de gestão tributária e curvas de PLD mais aderentes a realidade atual da geração.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Recursos em banco e em caixa	548	17.721
Depósitos bancários de curto prazo:		
Renda Fixa (a)	6.114	188.075
	6.662	205.796

(a) Em setembro de 2017, todas as aplicações com vencimento superior a 90 dias foram transferidas para Títulos e Valores Mobiliários. Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, em alta liquidez, sujeitos em qualquer momento sem perda efetiva. Os recursos provisionados para aplicação no dia 31 de dezembro de 2017 foram aplicados em renda fixa, pois os compromissos financeiros assumidos pela Norte Energia exigiam liquidez imediata.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de Aplicação - CEF	1.059	12.016
Compromissada - CEF	4.060	—
	5.119	12.016

A Companhia faz a maior parte da gestão de seu caixa por meio da aquisição de cotas de Fundos Exclusivos de Renda Fixa de Crédito Privado, cujo regulamento atende a critérios definidos pela Administração da Companhia, em que é permitida unicamente a aquisição de títulos de renda fixa (públicos e privados).

A aquisição dos títulos privados segue uma rígida política de crédito que permite a aquisição de títulos emitidos por instituições de primeira linha (*Rating* com Grau de Investimento - Agência Internacional). Os fundos possuem tratamento fiscal diferenciado, pelo fato de sua carteira ser composta por títulos de renda fixa de longo prazo, contudo, com carência máxima de 90 dias, implicando em risco insignificante de alteração de valor, pois são todos títulos pós-fixados indexados à SELIC ou CDI.

O valor do patrimônio do fundo é resultado da soma do saldo de cada um dos títulos que compõem a sua carteira, sendo o valor da cota calculada pelo administrador do fundo. O valor de mercado dos títulos públicos na carteira do fundo é marcado a mercado, conforme critérios estabelecidos pela ANBIMA. Os títulos privados são avaliados a valor de mercado por meio de metodologia de precificação, adotada pelo administrador dos fundos. A composição da carteira dos Fundos pode ser observada na tabela abaixo:

	Exposição (%)
Instituições financeiras privadas	65,6%
Instituições financeiras públicas	—
Títulos públicos	34,4%

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber correspondem aos valores da comercialização e liquidação na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento (a)	322.363	191.696
Energia Elétrica de Curto Prazo (b)	63.571	102.764
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (c)	—	(93.430)
	385.934	201.030

(a) Em 2017, é composto da provisão de faturamento no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no valor de R\$500.276 (R\$117.817 em 2016) e Autoprodutor de Energia Elétrica (“APE”) no valor de R\$50.146 (R\$21.435 em 2016) e faturamento em aberto do ACR no valor de R\$68.418 (R\$48.922 em 2016). Devido a compra de energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras (Nota 1), em 2015 foi provisionado e liquidado na CCEE o valor de R\$53.523.

Os valores faturados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, por meio de boleto bancário e/ou depósito em conta corrente.

(b) Provisão de faturamento no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) no valor de R\$57.829 e Mercado de Curto Prazo (CCEE) no valor de R\$5.743 (R\$102.764 em 2016).

(c) Em outubro de 2017, devido ao Despacho da ANEEL nº CE 058/2017 emitido em 19 de setembro de 2017, todos os créditos referentes às operações no Mercado de Curto Prazo (CCEE) foram restituídos.

	Saldos em 31/12/2015		Movimentações 2016			Saldos em 31/12/2016	Movimentações 2017			Saldos em 31/12/2017
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Transferências		Adições	Baixas	Transferências	
Geração em Serviço:										
Reservatório, barragens e adutoras	—	—	—	—	13.363.845	13.363.845	—	—	440.977	13.804.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.218	—	—	—	1.191.071	1.191.289	—	—	848.793	2.043.082
Máquinas e equipamentos	7.282	122	—	—	3.405.699	3.413.103	617	—	3.708.253	7.121.973
Veículos	2.797	—	—	—	170	2.967	1.314	—	10	4.291
Móveis e utensílios	17	93	—	—	—	110	4	—	61	175
	13.314	215	—	—	17.960.785	17.974.314	1.935	—	4.998.094	22.974.343
(-) Depreciação Acumulada:										
Reservatório, barragens e adutoras	—	(35.151)	—	—	—	(35.151)	(180.766)	—	—	(215.917)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(310)	(8.238)	—	—	—	(8.548)	(45.596)	—	—	(54.144)
Máquinas e equipamentos	(784)	(40.195)	—	—	—	(40.979)	(191.314)	—	—	(232.293)
Veículos	(1.107)	(412)	—	—	—	(1.519)	(425)	—	—	(1.944)
Móveis e utensílios	(2)	(1)	—	—	—	(3)	(9)	—	—	(12)
	(2.203)	(83.997)	—	—	—	(86.200)	(418.110)	—	—	(504.310)
Geração em Curso:										
Terenos	873.789	71.757	—	—	(69.223)	876.413	4.013	—	5	880.431
Reservatório, barragens e adutoras	13.080.987	1.319.541	—	—	(13.208.445)	1.192.083	119.537	—	(402.850)	908.770
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.167.648	703.572	—	—	(1.111.742)	2.759.478	159.168	—	(707.004)	12.124.82
Máquinas e equipamentos	2.691.858	476.091	—	—	7.804.270	10.972.219	268.935	—	(1.031.748)	10.209.406
Veículos	—	170	—	—	(170)	—	10	—	(10)	—
Móveis e utensílios	—	—	—	—	—	—	61	—	(61)	—
A reater (c)	7.996.600	2.625.474	—	—	(10.292.092)	329.982	1.990.191	—	(1.934.841)	385.332
Adiantamento a fornecedores (b)	2.181.887	696.129	—	—	(1.083.288)	1.794.728	615.952	—	(831.585)	1.579.095
Desenvolvimento de projetos (a)	161.390	—	—	—	—	161.390	—	—	—	161.390
Depósitos judiciais (d)	38.739	5.618	—	—	—	44.357	(87)	—	—	44.270
	30.192.988	5.898.352	—	—	(17.960.690)	18.130.650	3.157.780	—	(4.998.094)	16.290.336
Administração em Serviço:										
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.004	—	—	—	—	1.004	—	—	—	1,004
Máquinas e equipamentos	10.850	1.245	—	—	(95)	12.000	377	—	—	12.377
Móveis e utensílios	3.418	433	—	—	—	3.851	110	—	—	3.961
	15.272	1.678	—	—	(95)	16.855	487	—	—	17.342
(-) Depreciação Acumulada:										
Edificações, obras civis e benfeitorias	(161)	(34)	—	—	—	(195)	(33)	—	—	(228)
Máquinas e equipamentos	(4.043)	(1.497)	—	—	—	(5.540)	(1.486)	—	—	(7.026)
Móveis e utensílios	(677)	(223)	—	—	—	(900)	(241)	—	—	(1.141)
	(4.881)	(1.754)	—	—	—	(6.635)	(1.760)	—	—	(8.395)
	30.214.490	5.814.494	—	—	—	36.028.984	2.740.332	—	—	38.769.316

(a) Refere-se, substancialmente, aos investimentos iniciais, nas fases de gastos com estudos de engenharia, inventário e viabilidade realizados na UHE Belo Monte, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias em vigor. Estes custos serão rateados no total da usina após a conclusão da obra. Desta forma, o ativo em curso só será utilizado nesse momento. A estimativa de gastos futuros com imobilizado pode ser visualizada na Nota 29.

(b) Parte dos valores classificados na rubrica de “Geração em curso” refere-se a adiantamentos feitos para a IMPSA - Wind Power Energia S.A. e Consórcio ELM (Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda., Andritz HDRO Inepar do Brasil S.A. e Voith Hydro Ltda.), para fornecimento de equipamentos eletromecânicos e para o Consórcio CCBM (Consórcio Construtor Belo Monte), responsável pela obra civil da construção da Usina. Devido à incerteza na recuperação em 2014 foi provisionado para perda o montante de R\$255.841 referente a R\$3.955 do contrato dos equipamentos hidromecânicos com a “IESA Projetos Montagens E Equipamentos S.A.”, que está em recuperação judicial, em razão do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais, sendo que a Companhia foi relacionada no processo como credora e R\$251.886 do contrato com o Consórcio IMPSA Belo Monte que por razões do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais por parte do Contratado, que impactariam na conclusão do fornecimento e comprometeriam o empreendimento, o contrato foi rescindido unilateralmente pela Norte Energia. Foi revertida da mencionada provisão, em 2015 o valor de R\$21.207, e em 2016 o valor de R\$696, em razão da entrega de materiais. Em outubro de 2017 foi revertido o valor de R\$42.494 a título de indenização securitária em razão da apólice de seguro contratada com a Zurich.

(c) A rubrica “A reater” destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos em benefício da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo bem ou direto pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI). A Administração entende que a alocação dos custos será realizada quando da entrada em operação da Usina, sendo rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo. A partir de julho de 2016 com o início do processo contábil de utilização o saldo da rubrica “A reater” foi transferido para a composição do custo das unidades geradoras no ativo imobilizado. Em outubro de 2017 ocorreu o 7º Ciclo de utilização com a entrada em

(a) Refere-se à atualização do valor provisionado no longo prazo. A correção foi realizada com base no IPCA acumulado de agosto de 2016 a junho de 2017.

19. CAPITAL SOCIAL

Em 2017 foram realizadas a 34ª, 35ª, 36ª, 37ª, 38ª, 39ª, 40ª e 41ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e aprovada as subscrições de capital no valor de R\$295.000, R\$135.000, R\$185.000, R\$148.000, R\$100.000, R\$75.000, R\$110.000 e R\$110.000, passando o capital subscrito de R\$1.300.000 para R\$2.458.000, sendo integralizados R\$12.165.858 que compreendem 12.165.858 ações ordinárias e (R\$11.127.665), correspondente a 11.127.665 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2016). As integralizações de capital foram aprovadas pelo Conselho de Administração, nas seguintes datas:

Reunião para aprovação	Data	Quantidade de ações (em lotes de mil)	Valor integralizado (em lotes de mil)
Constituição	21/07/2010	10	10
1ª Reunião	28/07/2010	80.000	80.000
4ª Reunião	25/08/2010	100.000	100.000
5ª Reunião	09/12/2010	980.000	980.000
14ª Reunião	18/10/2011	300.000	300.000
21ª Reunião	22/05/2012	300.000	300.000
25ª Reunião	18/09/2012	550.000	550.000
25ª Reunião	18/09/2012	470.000	470.000
27ª Reunião	27/11/2012	600.000	600.000
31ª Reunião	28/02/2013	920.000	920.000
39ª Reunião	18/10/2013	410.000	410.000
45ª Reunião	16/06/2014	255.000	255.000
48ª Reunião	07/10/2014	700.000	700.000
49ª Reunião	05/01/2015	334.990	334.990
57ª Reunião	24/03/2015	500.000	500.000
62ª Reunião (a)	26/05/2015	500.000	500.000
70ª Reunião (a)	01/10/2015	300.000	300.000
76ª Reunião (a)	07/01/2016	590.000	590.000
77ª Reunião (a)	27/01/2016	510.000	510.000
80ª Reunião (a)	07/03/2016	600.000	597.758
88ª Reunião (a)	05/05/2016	450.000	445.500
91ª Reunião (a)	09/06/2016	440.000	435.800
96ª Reunião (a)	11/07/2016	300.000	297.000
100ª Reunião (a)	09/08/2016	335.000	298.150
109ª Reunião (a)	24/10/2016	240.000	213.600
113ª Reunião (a)	19/11/2016	175.000	155.750
114ª Reunião (a)	25/12/2016	360.000	320.400
118ª Reunião (a)	27/01/2017	295.000	262.550
121ª Reunião (a)	22/02/2017	135.000	120.150
123ª Reunião (a)	28/03/2017	185.000	164.850
125ª Reunião (a)	08/05/2017	148.000	132.200
130ª Reunião (a)	12/07/2017	100.000	89.000
132ª Reunião (a)	18/08/2017	75.000	66.750
134ª Reunião (a)	22/09/2017	110.000	97.900
137ª Reunião (a)	09/10/2017	110.000	97.900
		12.458.000	12.165.858

(a) Os valores aprovados nas 62ª, 70ª, 76ª, 77ª, 80ª, 88ª, 91ª, 96ª, 100ª, 109ª, 113ª, 114ª, 118ª, 121ª, 123ª, 126ª, 130ª, 132ª, 134ª e 137ª Reuniões para integralização foi de R\$5.958.000, sendo que R\$5.665.858 foram integralizados no mês de outubro de 2015, janeiro a março, maio a outubro e dezembro de 2016, janeiro a março, maio e julho a outubro de 2017 e R\$292.142 não foram integralizados pelos acionistas FUNCEF e SINOBRAS.

Em 16 de junho de 2016 foi elaborada uma Nota Técnica de Adimplemento da SINOBRAS e em 06 de julho de 2016 na 24ª AGE foi assinado um Termo de Confissão de Dívida da SINOBRAS para regularização do inadimplemento das integralizações. Até 31 de dezembro de 2017 foi quitado o valor total de R\$24.238 referente ao aporte atrasado. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a estrutura societária da Companhia é assim representada:

Acionista	31/12/2017			31/12/2016		
	Integra- lizado	A Inte- gralizar	Partici- pação	Integra- lizado	A Inte- gralizar	Partici- pação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	2.489.108	-	19,98%	2.257.740	-	19,98%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	1.868.700	-	15,00%	1.695.000	-	15,00%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.868.700	-	15,00%	1.695.000	-	15,00%
Belo Monte Participações S.A.	1.245.800	-	10,00%	1.130.000	-	10,00%
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	1.245.800	-	10,00%	1.130.000	-	10,00%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	989.000	256.800	10,00%	989.000	141.000	10,00%
Amazônia Energia Participações S.A.	1.217.147	-	9,77%	1.104.010	-	9,77%
Aliança Norte Energia Participações S.A.	1.121.220	-	9,00%	1.017.000	-	9,00%
Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS	89.238	35.342	1,00%	81.665	31.335	1,00%
J. Malucelli Energia S.A.	31.145	-	0,25%	28.250	-	0,25%
	12.165.858	292.142	100,00%	11.127.665	172.335	100,00%

Conforme previsto nas 49ª, 57ª, 62ª, 70ª, 76ª, 77ª, 80ª, 88ª, 91ª, 96ª, 100ª, 109ª, 113ª, 114ª, 118ª, 121ª, 123ª, 126ª, 130ª, 134ª e 137ª reuniões do Conselho de Administração foi integralizado no ano de 2016 o valor de R\$3.835.665 e em 2017 o valor de R\$1.038.193.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica	2.640.824	732.739
Energia Elétrica de Curto Prazo	339.574	18.328
Tributos sobre venda:	(289.882)	(69.589)
PIS	(49.187)	(12.336)
COFINS	(226.557)	(56.823)
ICMS	(14.138)	(430)
CFURH (a)	(58.721)	(20.390)
Outras deduções da receita	(32.879)	(6.545)
	2.598.916	654.543

a) Refere-se à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH. Os valores da receita e despesas estão sendo provisionados conforme compra e venda de energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

21. CUSTOS DA COMPRA DE ENERGIA

Em 31 de dezembro de 2017, os custos da compra de energia são compostos por faturamento e provisões.

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de compra de energia (a)	157.788	40.782
Provisão de compra de energia (b)	865.592	15.557
	1.023.380	56.339

a) O valor de R\$157.788 é referente a Execução da Garantia Financeira da CCEE o custo de compra de energia.
b) O valor de R\$865.592 é referente a Provisão da Garantia Financeira da CCEE.

22. CUSTOS DE OPERAÇÃO

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(2.122)	(1.413)
Administradores	(507)	-
Serviços de terceiros (a)	(94.466)	(88.899)
Depreciação e amortização	(417.645)	(81.314)
Penalidades (b)	-	(29.110)
Provisão para Devedores Duvidosos (c)	93.430	(93.430)
Outros	(13.750)	(6.278)
	(435.060)	(300.444)

(a) O aumento do valor de serviços diversos é decorrente das despesas socioambientais exigidas após a Licença de Operação e dos honorários advocatícios do Contrato IMPSA.
(b) Refere-se a provisão por insuficiência de lastro de energia elétrica, originada pelo chamado ativo da CCEE - O Lastro para Venda de Energia é constituído pela Garantia Física proporcionada pelo empreendimento de geração de energia ou contratos de compra de energia. Atualmente a aplicação dessa penalidade técnica está suspensa em função de liminar proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 100045203.2015.4.01.0000. No primeiro semestre de 2017, foi registrado o montante de R\$90.322 (sendo R\$38.711 no primeiro trimestre). Não ocorreram atualizações nesse saldo a partir de julho de 2017 (Vide Nota 14).
(c) Em outubro de 2017, foi revertida a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa referente as operações no Mercado de Curto Prazo (CCEE) (Nota 6).

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS, POR NATUREZA

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(30.246)	(33.700)
Administradores	(4.874)	(5.556)
Material	(1.104)	(1.733)
Serviços de terceiros (a)	(29.062)	(25.500)
Depreciação e amortização	(7.936)	(7.210)
Arrendamentos e aluguéis	(3.600)	(6.264)
Seguro	(889)	(627)
Taxas	(2.761)	(1.076)
Passagens	(2.270)	(1.854)
Energia	(1.731)	(2.216)
Energia Elétrica	(978)	(734)
Provisão	52	-
Recuperação de despesas (b)	42.494	696
Outros	(3.572)	(7.458)
	(46.482)	(92.782)

(a) O aumento do valor de serviços diversos decorre das despesas socioambientais exigidas após a Licença de Operação e dos honorários advocatícios do Contrato IMPSA.
(b) Em 06 de outubro de 2017 a Norte Energia recebeu da seguradora Zurich o valor de R\$42.494, referente a indenização pelo não cumprimento do contrato firmado pela Wind Power Energia S.A., oriundo do contrato DFM-F-002/2011.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2016
Juros sobre aplicações financeiras	27.780	20.360
Outras receitas financeiras	70.447	4.908
Receitas financeiras	98.227	25.268
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(2.269.469)	(2.165.270)
(-) Capitalização de empréstimo (b)	1.542.148	1.990.277
Outras despesas financeiras	(33.846)	(9.666)
Despesas financeiras	(754.831)	(175.959)
Resultado financeiro líquido	(656.604)	(150.691)

(a) O valor dos juros é relacionado diretamente aos encargos do financiamento (vide Nota 16).
(b) A capitalização dos juros sobre empréstimos e financiamentos segue o contexto econômico, alinhado à evolução gradual de ativação das turbinas. Conforme CPC 20 (R1), item 24, que versa sobre a cessação da capitalização destes custos quando a entidade completa a construção de um ativo qualificável em partes e cada parte pode ser utilizada durante a construção das demais. O valor dos juros capitalizados é líquido das receitas financeiras geradas pelas aplicações dos recursos dos financiamentos, sendo que em 2016 e 2017 não ocorreram liberações do financiamento. Desta forma as receitas financeiras são decorrentes apenas de capital próprio, fato que impossibilita a dedução dos juros capitalizados.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados sob o regime de Lucro Real anual - Estimativa Mensal, respectivamente, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	51.947	33.846
Provisões temporárias	85.793	85.793
Adições	886.656	886.656
Exclusões	(920.919)	(920.919)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	51.530	51.530
Alíquota do IRPJ e CSLL	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal - 34%	12.883	4.638
Adições e exclusões permanentes:	-	(881)
Imposto de renda e contribuição social	12.883	4.638
	17.520	(18.640)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	93.430	93.430
Contribuição social	230.236	230.236
Imposto de renda	1.052	1.052
Contribuição social	139.251	139.251
Imposto de renda	263.583	263.583
Contribuição social	94.890	94.890

(a) Os valores abaixo referem-se aos principais contratos da Companhia ligados diretamente à construção da Usina e estão demonstrados por valores originais contratados, atualizações e reajustes.

Construção - CCMB e outros (a)

	Valor do contrato	Valores incorridos	Saldo dos contratos
Fornecimento - Consórcio ELM e outros	20.517.771	19.529.797	987.974
Montagem - CMBM e outros (b)	8.682.241	6.183.778	2.498.463
Montagem - CMBM e outros (b)	1.845.213	1.399.168	446.045
Serviço de operação e manutenção (c)	2.909.600	128.760	2.780.840
Seguros Mapfre e J. Malucelli	2.666.231	238.772	2.427.459
	34.221.416	27.480.275	6.741.141

a) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha contratos de construção no valor de R\$20.517.771 sendo R\$19.613.799 com o Consórcio Construtor Belo Monte - CCMB, responsável pela construção da Usina. Esse contrato é corrigido conforme cláusula contratual com data base maio. Em 01 de agosto de 2014 foi assinado, entre a Companhia e o CCMB, o 2º termo aditivo no valor atualizado de R\$1.025.626. O contrato consolidou em empreitada global as obras civis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e confere a total quitação quanto a quaisquer pendências anteriores à data de assinatura deste aditivo. Desde valor, R\$934.650 já foram pagos e a restante no montante de R\$90.976 será liquidado mediante a conclusão de etapas da construção, conforme previsto no referido aditivo. Em 17 de dezembro de 2015, foi assinado o 3º termo aditivo com o CCMB, no valor atualizado R\$273.613 em função de novos escopos de serviço de engenharia, sendo que esse montante foi todo liquidado.

b) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha contratos de montagem no valor de R\$1.845.213 sendo R\$1.530.100 com o Consórcio Montador de Belo Monte - CMBM, responsável pela montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da UHE Belo Monte. Esse contrato é corrigido conforme cláusula contratual com data base abril. A Companhia ajizou ação com o intuito de obter provimento judicial para delimitação da sua responsabilidade em relação ao CMBM, por prejuízos financeiros supostamente verificados na execução do contrato de prestação de serviços, firmado em 13 de fevereiro de 2014.

c) No razão da interrupção do empreendimento da UHE Belo Monte, ocorreram dificuldades de interação entre a interface das obras civis, dos equipamentos e da montagem, cada uma de responsabilidade de consórcios distintos. Alegando ter sido afetado diretamente por tais dificuldades, a

baseou-se em plano de negócios, elaborado pela Administração da, de forma que o aproveitamento fiscal dos prejuízos acumulados no modelo poderão se iniciar a partir de 2018.

Exercícios	Valor
2018	142.673
2019	78.328
2020	62.157
2021	124.155
2022	107.813
	515.126

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	93.430	93.430
Contribuição social	230.236	230.236
Imposto de renda	1.052	1.052
Contribuição social	139.251	139.251
Imposto de renda	263.583	263.583
Contribuição social	94.890	94.890

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (passivos) decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Exercícios	Valor
2018	(62.615)
2019	(62.615)
2020	(62.615)
2021	(62.615)
2022	(62.617)
	(313.077)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não mantinha qualquer contrato envolvendo operações com derivativos em aberto. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Riscos

A Companhia iniciou sua operação comercial e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito

No ano de 2016 a Norte Energia iniciou sua operação comercial. Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado (leilões), de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (autoprodutores) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutor) entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

(ii) Risco de preço

As receitas da Companhia, são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, com base na variação do IPCA.

(iii) Risco de taxas de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 80% de seus compromissos contratuais estão atrelados ao índice de preço (IPCA), bem como 100% de seus contratos de venda de energia futura são pactuados no Ambiente de Comercialização Regulado, gerando um casamento de indexadores entre receitas e custos/despesas.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES, com as seguintes condições: prazo de 30 anos, taxa de juros de 5,5% a.a. (linha - PSI), TJP + 2,25% (FINEM - Direto) e TJP + 2,65% (FINEM - Indireto). As condições desses financiamentos são majoritariamente atreladas a juros pré-fixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

(iv) Risco de Liquidez

A principal fonte de recursos da Companhia é proveniente de sua comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, outra origem de recursos são os aportes de capital realizados de Acionistas. O quadro de Acionistas é formado por empresas líderes em seus respectivos setores, tais como elétrico, mineração, fundos de pensão e siderurgia. Além disso, o prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia e nenhum ativo investido pela Companhia extrapola a carência máxima de 90 dias. Os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia, com vencimento superior a 90 dias, são de elevada liquidez e negociados diariamente no mercado.

(v) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

O endividamento total da Companhia está subdividido em três linhas de crédito, BNDES Direto, BNDES Indireto (repassadores) e BNDES PSI.

As linhas BNDES Direto e BNDES Indireto são indexadas, exclusivamente, à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). Já a linha BNDES PSI está atrelada à taxa pré-fixada em 5,5% ao ano.

	31/12/2017	31/12/2016	Variação em milhões de reais
BNDES Direto	11.738	10.934	42,7%
BNDES Indireto	11.249	10.447	40,8%
BNDES PSI	4.267	4.233	16,5%
	27.254	2	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2017

em 16 de setembro de 2015, o CMBM, apresentou reivindicação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 18 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou um depósito judicial no valor de R\$52.961 a título de cumprimento de liminar referente a apelação contra sentença que extinguiu a ação declaratória, com pedido de tutela provisória, sem resolução de mérito.

A Companhia está aguardando o recebimento da apelação que visa homologar acordo judicial no valor de R\$77.974 acrescidos de R\$4.000 de custas e honorários.

c) Em 29 de outubro de 2015, foi assinado o contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("ELETRONORTE") para prestação do serviço de operação e manutenção da usina no valor de R\$2.909.960 para o período da concessão.

ii) Os valores abaixo referem-se aos contratos de venda de energia (70% no mercado regulado e 10% para os autoprodutores) da Companhia na data base das contratações.

Exercícios	Quantidade MWh	Valor
2016	8.754	709.640
2017	25.876	2.099.903
2018	32.034	2.585.870
a partir de 2019	836.153	67.548.832
	902.817	72.944.245

30. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA

a) Venda de imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não mantinha qualquer contrato envolvendo venda de imobilizado.

b) Atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não mantinha nenhuma atividade de investimento e financiamento não envolvendo caixa.

31. DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

A Companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA") em relação a possíveis descumprimentos de condicionantes da Licença Ambiental de Instalação ("LI") e da Licença de Operação ("LO") da UHE.

Licença de Instalação		Licença de Operação	
Data de Citação	Valor	Data de Citação	Valor
15/02/2012	7.000	18/02/2016	7.501
13/09/2013	101	26/12/2016	501
01/10/2013	3.000	12/04/2017	7.511
08/10/2013	2.700	27/04/2017	251
17/06/2014	101	27/04/2017	50
17/06/2014	51	27/04/2017	5
08/10/2014	101	27/04/2017	502
14/10/2015	51	22/05/2017	101
27/11/2015	5.088		
03/08/2016	5.011		
	23.201		16.420

Todos os procedimentos administrativos cabíveis estão sendo aplicados, inclusive interposição de recurso administrativo. Adicionalmente, existem outros processos administrativos com o referido instituto, estimado em R\$33.343.

O assunto não implica qualquer suspensão da referida licença, que continua válida, e, por isso, as obras e demais atividades do empreendimento seguem seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a autuação, destacou que as desconformidades apontadas não implicam "reflexos ambientais negativos".

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia teve uma ação intentada pela Defensoria Pública do Estado do Pará, que pleiteia indenização por perdas e danos decorrentes do suposto atraso nas obras de reforma, ampliação e construção de escolas. O valor proposto na ação é de R\$100.000. Os autos permanecem conclusos com decisão liminar favorável à Norte Energia.

Em 04 de abril de 2016, a Companhia teve uma ação civil pública ajuizada pelo Estado do Pará e Ministério Público Federal que, também envolve o IBAMA, ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que tem por causa pedir a suposta nulidade parcial da decisão, proferida pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal, que deliberou acerca da destinação dos recursos previstos na compensação ambiental decorrente da implantação da UHE Belo Monte.

Em sede de antecipação parcial dos efeitos da tutela, foi determinado o depósito judicial do valor de R\$109.186 que seria destinado ao Estado de Mato Grosso, o que foi prontamente atendido pela Norte Energia em 27 de abril de 2016. (Nota 11.c)

Os referidos processos foram avaliados pelos assessores jurídicos e possuem prognóstico de **perda remota**, contudo, devido a relevância do assunto, a Administração optou por divulgá-los.

Existem ainda, ações nas quais a Companhia é parte envolvida, que com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos possuem prognóstico de **perda possível**:

a) Ação movida pelo Ministério Público Federal do Pará, pleiteando a suspensão da Licença de Instalação por alegar suposto descumprimento das condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010. O valor estimado da demanda é de R\$500;

b) Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público Federal contra a Norte Energia S.A. e o IBAMA, alegando que os projetos propostos e já em execução das casas destinadas ao Reassentamento Urbano Coletivo, além de apresentar problemas técnicos e estruturais, não representam os anseios e expectativas criadas na população atingida. O valor estimado da demanda é de R\$100;

c) Ações referentes a indenizações pela desocupação, avaliações de benfeitorias em propriedades desapropriadas e outras indenizações no valor de R\$372.629;

d) Ações de indenizações em decorrência de suposto impacto ambiental na atividade de pesca, valor estimado de R\$3.511; e

e) Ações trabalhistas onde a Norte Energia foi incluída no polo passivo na qualidade de responsável subsidiária, no valor estimado de R\$3.399.

f) Ação indenizatória movida pelo Consórcio Gel Gouvea e Outros, no valor estimado de R\$36.249.

g) Procedimento arbitral promovido pelos Acionistas AMAZONIA, CHESF e PETROS na Câmara de Arbitragem – FGV requerendo a suspensão dos efeitos da 24ª AGE e anulação da 25ª AGE, valor estimado é de R\$32.401.

h) Procedimento Administrativo sobre a Taxa de Fiscalização de Utilização de Recursos Hídricos, instituído pelo Governo do Estado do Pará, valor estimado é R\$119.688.

Portanto, como determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram reconhecidas quaisquer provisões sobre as demandas descritas anteriormente, haja vista que, mesmo vindo a ser julgadas procedentes, em nenhuma hipótese os valores iniciais serão mantidos, constituindo-se os tais em mero exercício dos autores, sem qualquer fundamentação legal.

32. RISCOS RELACIONADOS A CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

A) Antecedentes

A partir de 2009, as autoridades federais brasileiras iniciaram uma investigação chamada "Lava Jato", destinada a organizações criminosas envolvidas em lavagem de dinheiro. A operação Lava Jato

evoluiu significativamente e envolve inúmeras investigações sobre várias práticas criminosas com foco em crimes cometidos por indivíduos e organizações no Brasil. A partir de 2014, o Ministério Público Federal focou parte da investigação em irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e descobriu um amplo esquema pagamentos indevidos.

No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos em SPE's - Entidades de Propósito Específico da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, entre essas SPE's a Norte Energia S.A. - UHE Belo Monte. Essa investigação ainda está em curso por parte do Ministério Público Federal.

Como resposta as alegações de possíveis atividades ilegais que apareceram nos meios de comunicação em 2015 relativas a empresas que prestavam serviços para SPE's da Eletrobras, mesmo não sendo demandado por qualquer entidade reguladora a fazê-lo, o Conselho de Administração da Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells US LLP para realizar uma investigação interna independente com o propósito de avaliar a eventual existência de irregularidades, incluindo violações da "U.S. Foreign Corruption Practice Act (FCPA), a Lei Anticorrupção brasileira e código de ética da Eletrobras incluindo a Norte Energia no escopo de análise da "Investigação Independente".

a) Essa investigação independente estava sujeita à supervisão de uma comissão que foi criada e aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, em 31 de julho de 2015. A comissão foi composta por Dra. Ellen Gracie Northfleet, juíza aposentada do Supremo Tribunal Federal, Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários (a "Comissão Independente").

b) Resumo das conclusões da Investigação Independente

O relatório final da Investigação Independente considerou o conteúdo de delações premiadas e concluiu que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém sobrepreço estimado em 1%, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, no contexto de eventuais subornos e atividades de manipulação de propostas, consideradas de natureza ilícita, com impacto nas Demonstrações Financeiras da Norte Energia.

Os impactos e conclusões do inquérito sobre as demonstrações financeiras, tomadas a partir dos relatórios finais da Investigação Independente são apresentados a seguir no item "Impactos sobre as demonstrações financeiras".

c) Impactos sobre as demonstrações financeiras

Para avaliar os impactos a serem reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras da Norte Energia, a Administração levou em consideração as conclusões e resultados identificados pela Investigação Independente, conforme manifestação e encaminhamento para Conselho Fiscal e AGE e autorização para conclusão das demonstrações financeiras de 2015.

A Norte Energia entende que, de acordo com norma internacional de contabilidade IAS 16 - Ativo e Equipamentos, os montantes atribuíveis ao eventual superfaturamento devido a subornos e/ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, não deveriam ter sido incluídos no custo histórico de seus ativos, partindo da premissa que não são custos atribuíveis para colocar o ativo. Dessa forma em 2015, a Norte Energia baixou o total de R\$ 183.000 do custo do empreendimento, incluindo juros e mão de obra própria capitalizados, que representam valores estimados em excesso para a aquisição de máquinas, equipamentos, serviços, encargos capitalizados e despesas administrativas.

Os ajustes decorrentes da investigação mencionada acima, foram integralmente reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de janeiro de 2018 foi liberado o empréstimo no valor de R\$100.000 pelo Banco ABC Brasil, conforme deliberado na 142ª reunião do Conselho de Administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jonatan Ross - Presidente

Hailton Madureira de Almeida	Conselheiro	José da Silva Estevez	Conselheiro
Ricardo Batista Mendes	Conselheiro	Willamy Moreira Frota	Conselheiro
Sinval Zaidan Gama	Conselheiro	Reni Antonio da Silva	Conselheiro
Moacir Carlos Bertol	Conselheiro	Leonardo de Paiva Rocha	Conselheiro
César Vaz de Melo Fernandes	Conselheiro	Sandro Kohler Marcondes	Conselheiro
Ronaldo Batista Assunção	Conselheiro		

CONSELHO FISCAL

Jésus Alves da Costa - Presidente

Bruno Pessanha Negrís	Conselheiro
Vinicius Balbino Bouhid	Conselheiro
Renata Souza Santos	Conselheira
Gilson Tavares da Costa	Conselheiro

DIRETORIA

Paulo Roberto Ribeiro Pinto - Diretor-Presidente

Hugo Seabra de Souza	Diretor de Produção e Implantação
Luiz Fernando Rolla	Diretor Administrativo e Financeiro
Flávio Dutra Doehler	Diretor de Regulação e Comercialização

Marcus de Castro Melo
Superintendente de Controladoria – DAF

João Paulo Sotero Maciel
Gerente de Contabilidade Geral e Ativo Fixo
Contador Responsável CRC-DF 019855/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Norte Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou

as Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas e pelo Relatório da Administração, referentes ao exercício

social encerrado em 31.12.2017. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Relatório dos Auditores Independentes –

PricewaterhouseCoopers, datado de 31 de janeiro de 2018, emitido sem ressalva, opina que os referidos documentos retratam adequadamente

a situação financeira, patrimonial e de gestão da Companhia, recomendando que estes sejam submetidos à deliberação dos Senhores

Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Brasília-DF, 28 de março de 2018.

Jésus Alves da Costa

Presidente do Conselho Fiscal

Gilson Tavares Costa

Conselheiro

Vinicius Balbino Bouhid

Conselheiro

Conselheiro

Bruno Pessanha Negrís

Conselheiro

Renata Souza dos Santos

Conselheira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas, Norte Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norte Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Encontramos-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem certos acionistas da Companhia e determinados executivos desses acionistas. No momento, não há como determinar se os resultados das referidas investigações e seus respectivos desdobramentos que podem, eventualmente, trazer consequências futuras além dos efeitos mencionados na Nota 32. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia vem dependendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A conclusão total das obras de construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, e consequente início integral das operações e geração de tais receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Principais assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Ênfases", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Porque é um PAA

Avaliação da recuperabilidade do valor dos ativos imobilizado e intangível (Notas 2.17 e 3.4)

Em 31 de dezembro de 2017, o valor dos ativos imobilizado e diferido representa 96% do total dos ativos. Naquela data, a Companhia efetuou análise da capacidade de recuperação do valor contábil de seus ativos imobilizado e intangível em suas operações futuras, sem identificar perda do valor de seus ativos.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, por envolver alto grau de julgamento que deve ser exercido pela administração em relação à projeção de resultados futuros, em que a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa Auditoria

Dentre outros, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria descritos a seguir. Discutimos e testamos, com o apoio de nossos especialistas, a razoabilidade: (i) o modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções; (ii) as principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, projeções de inflação, preço de venda e comercialização MWh/h, risco hidrológico e taxa de desconto. Adicionalmente, revisamos as análises de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os cálculos para a avaliação da recuperabilidade desses ativos são consistentes com as informações obtidas e com as informações divulgadas em notas explicativas.

Provisão para contingência (Notas 15 e 31)

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não

só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo e sua base de mensuração levam em consideração os pareceres dos assessores jurídicos e exercício de julgamento feito pela Administração da Companhia. Consequentemente, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, abrangeram, dentre outros:

O entendimento dos controles relacionados a identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas.

A realização de procedimentos de confirmação da totalidade dos escritórios de advocacia que são responsáveis pelos processos judiciais e administrativos e obtenção de confirmação de informações, diretamente com esses escritórios, em relação à avaliação do prognóstico, aos principais dados das causas e o valor correto das provisões.

A análise em relação aos valores provisionados das ações, bem como, com o apoio de nossos especialistas, a discussão da razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza tributária, trabalhista e cíveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes e correspondentes divulgações no contexto das demonstrações financeiras.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 25 (b))

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado R\$ 515.126 mil de imposto de renda e contribuição social diferidos, substancialmente oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua realização.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a análise de realização destes ativos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, dentre as quais, a capacidade de geração de energia no futuro (impactada por riscos hidrológicos), o preço contratado e corrigido dessa energia, além de premissas de custos operacionais e financeiros da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos: Obtivemos entendimento do processo de revisão e aprovação do plano de negócios utilizado para a análise da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos do período de 2017 até 2045 (prazo de encerramento do contrato de concessão). Analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos acumulados ao longo dos exercícios futuros, bem como discutimos as premissas utilizadas pela administração nas suas projeções.

Adicionalmente, analisamos o prazo de realização considerados nos estudos da Companhia para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação às utilizadas nos exercícios anteriores e efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Consideramos que as premissas e os critérios adotados pela administração da Companhia para a determinação dos créditos tributários, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

